



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 08 | agosto 2018



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: agosto de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de agosto.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-087 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0200 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9082



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Portuguese housing market developments	35
Comércio internacional de mercadorias Portugal-Moçambique, 2013 - 2017	43
Comércio internacional de mercadorias - Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço - 1.º semestre de 2018	53
Iniciativas e Medidas Legislativas	63
Lista de Acrónimos	67

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No segundo trimestre de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 3,6% em termos homólogos (4% no primeiro trimestre) devido sobretudo ao abrandamento das economias avançadas. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também recuou, tendo a evolução das trocas comerciais das economias avançadas (declínio das importações e reforço das exportações) sido inversa à dos países emergentes e em desenvolvimento.
- * O PIB da zona da OCDE desacelerou ligeiramente para 2,5% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2018 (2,6% no 1.º trimestre) influenciado sobretudo pelo abrandamento da União Europeia; já que se assistiu a um reforço significativo do crescimento dos EUA. No mesmo período, a taxa de inflação homóloga subiu para 2,6% para o conjunto dos países da OCDE (2,2% no 1.º trimestre).
- * Os indicadores disponíveis para o início do 3.º trimestre de 2018 para os EUA indicam um reforço da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho e consumo privado). Em julho de 2018, a taxa de desemprego desceu para 3,9% (4% em junho) e, a taxa de inflação homóloga subiu para 2,9% (o valor mais elevado desde março de 2012).
- * No 2.º trimestre de 2018, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 2,2%, em termos homólogos reais, em ambas as zonas (2,4% e 2,5%, designadamente, no 1.º trimestre), tendência que se estendeu à generalidade dos países. Em julho de 2018, o indicador de sentimento económico aumentou muito ligeiramente para a UE; enquanto recuou também, de forma ténue, para a AE. A taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 6,9% e 8,3%, respetivamente no 2.º trimestre de 2018 (-0,8 p.p. para ambas, face ao período homólogo). Em julho de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 2,1% (2% em junho) resultando sobretudo da aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 9,5% (8% em junho) mas, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação estabilizou em 1,5%.
- * Em agosto de 2018 e, até ao dia 29, o preço *spot* do petróleo Brent continuou a evoluir no sentido descendente, para se situar, em média, em 73 USD/bbl (64€/bbl) refletindo, em simultâneo, o aumento da produção decidido na reunião da OPEP com outros parceiros, em finais de junho e, uma maior contenção na procura.
- * As taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência descendente para os EUA; enquanto estas continuaram a registar uma leve subida para a área do euro durante o mês de agosto de 2018. Com efeito, em média e, até ao dia 29, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em -0,32% e a dos EUA ascendeu a 2,32%.
- * No verão de 2018, os índices bolsistas dos EUA registaram um forte dinamismo, traduzindo o forte crescimento da economia; enquanto os da Europa apresentaram algum recuo, resultando, em parte, dos receios quanto ao impacto do aumento do protecionismo (imposição de tarifas alfandegárias entre os EUA e China) no crescimento económico e comércio globais. Já em relação às economias emergentes, assistiu-se em agosto de 2018, a uma elevada volatilidade dos mercados financeiros e a saídas de capital desses países, levando a um movimento de depreciação das moedas face ao dólar norte-americano, com destaque para uma ampla desvalorização da moeda da Turquia.
- * Adicionalmente, a perspetiva de um crescimento mais moderado da economia da área do euro, o aumento da incerteza política na Itália e a diferente orientação da política monetária dos dois lados do Atlântico determinaram uma depreciação do euro face ao dólar (particularmente expressiva em meados do mês de agosto), o qual se situou em 1,17 no dia 29 (1,20 no final do ano de 2017).

Conjuntura Nacional

- * Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2018, o PIB apresentou um crescimento homólogo real de 2,3% do PIB, acelerando face ao trimestre precedente.
- * No 2.º trimestre de 2018, o Consumo Privado apresentou um crescimento de 2,6% em termos homólogos, mais 0,5 p.p. do que no trimestre anterior. Este comportamento decorre sobretudo da aceleração do consumo de bens duradouros (+6,2 p.p. para 8,8%), não obstante uma desaceleração do consumo de bens alimentares (-0,2 p.p. para 1,1%) e uma manutenção do crescimento dos bens correntes não alimentares e serviços (2,2%).
- * Os indicadores qualitativos de opinião dos agentes económicos apresentaram uma evolução mista no trimestre terminado em julho. Enquanto o indicador de confiança dos consumidores piorou ligeiramente, o indicador de opinião dos empresários relativo ao volume de vendas no comércio a retalho melhorou.
- * No 2.º trimestre de 2018, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 4,1%, 1,2 p.p. inferior ao observado no trimestre anterior.
- * O défice acumulado da balança corrente cifrou-se em 2411 milhões de euros (défice de 1574 no 2.º trimestre de 2017). Tal resulta da deterioração nos saldos da balança de bens e de rendimentos primários.
- * A taxa de desemprego registada no segundo trimestre de 2018 foi de 6,7%, menos 1,2 p.p. do que no primeiro trimestre e o valor mais baixo desde o início da série em 2011. Enquanto isso, o Emprego registou um crescimento de 2,4% e a população ativa um crescimento ligeiro de 0,1%.
- * A variação do IPC, em julho, foi de 1,6% (mais 0,1 p.p. que em junho), enquanto o IPC subjacente cresceu 1%. Já o IPPI cresceu 4,4%, 1,9% se excluía a componente energética.
- * O saldo da execução orçamental das Administrações Públicas¹ registou, entre janeiro e julho, uma melhoria de 1.110 milhões de euros face ao período homólogo², tendo-se fixado em -2.624 milhões de euros. No mesmo período, o saldo primário atingiu os 3.172 milhões de euros, correspondendo um aumento de 1.417 milhões de euros relativamente ao período homólogo. A evolução do saldo ficou a dever-se a um crescimento mais acentuado da receita efetiva (5,3%) do que da despesa efetiva (2,5%).
- * O Estado e Segurança Social foram os subsectores que contribuíram positivamente para a melhoria do saldo global das Administrações Públicas.
- * A dívida do sector das Administrações Públicas (Maastricht) atingiu, em junho, o valor de 246.673 milhões de euros, diminuindo 3.640 milhões de euros (-1%) face ao mês anterior onde atingiu um máximo histórico. Esta variação ficou a dever-se, essencialmente, à amortização de uma linha de obrigações (OT) a 10 anos (6,6 mil milhões de euros).
- * Em julho, a dívida direta do Estado atingiu o valor de 244.653 milhões de euros, representando um aumento de 989 milhões de euros (0,4%) relativamente ao mês anterior.
- * Durante o mês de agosto foram realizados dois leilões de colocação de dívida pública (BT), com as taxas de juro a refletirem a inversão da tendência descendente que tinha sido observada até abril de 2018.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa (Contabilidade Pública).

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se sempre ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 6,6% no primeiro semestre de 2018. Neste mesmo período, as importações aumentaram 8,8%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 18,1%, correspondendo a 1.170 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 79,5%, menos 1,6 p.p. que em igual período de 2017.
- * Nos primeiros seis meses de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (6,5%). As importações registaram uma variação homóloga positiva superior ao crescimento das exportações (7,9%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 15,9%.
- * No último ano a terminar em junho de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 7,3% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (+3,5 p.p.), dos “Minérios e metais” (+1,1 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,8 p.p.). Nos primeiros seis meses de 2018, deve igualmente destacar-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (+4,2 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” (+0,8 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,7 p.p.).
- * De janeiro a junho de 2018, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 9,5% e contribuíram em 7 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 8,4 % e as exportações para os países do Alargamento 29,5%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 5,9 p.p. e 1,1 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,4% do total de janeiro a junho de 2018), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,5 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a Alemanha e a França (+1,3 p.p. e +1,2 p.p. respetivamente).
- * No primeiro semestre de 2018, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1,7%, passando a representar 23,5% do total das exportações nacionais (-2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Canadá (+14,7%), Brasil (+11,7%) e Argélia (+7%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de junho de 2018, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 7% no primeiro semestre de 2018. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (7,4% e 6,8%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (4,6 p.p.).

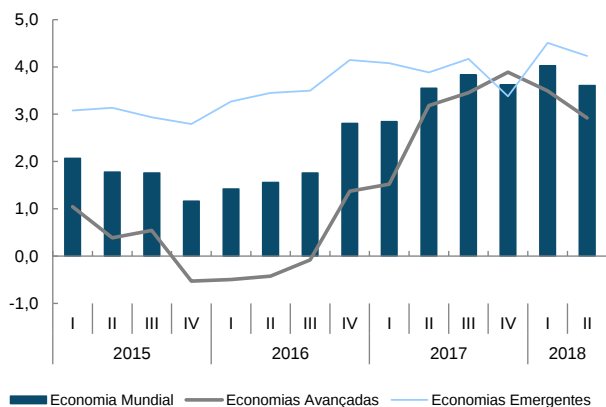
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a junho de 2018.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 2.º trimestre de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 3,6% em termos homólogos (4% no 1.º trimestre) devido sobretudo ao abrandamento das economias avançadas.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



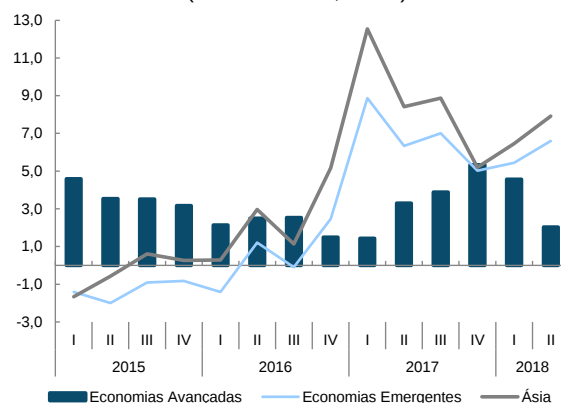
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também recuou, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais.

De facto, no 2.º trimestre de 2018 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 3,7% (4,3% no 1.º trimestre);
- as importações e exportações mundiais abrandaram para 3,9% e 3,5%, respetivamente (4,9% e 3,7%, designadamente, no primeiro trimestre).

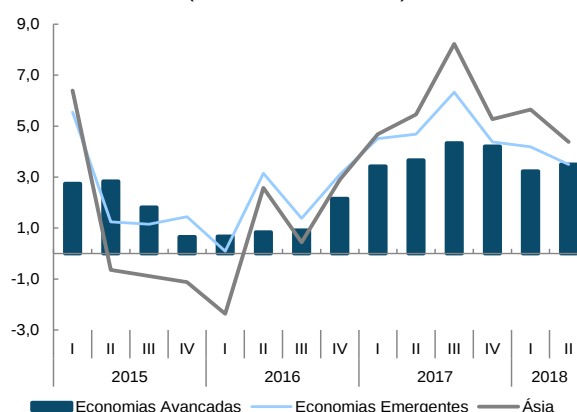
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A evolução das trocas comerciais no 2.º trimestre de 2018 indica que esta foi distinta entre as economias avançadas e os países emergentes. Com efeito, para as economias avançadas, registou-se um declínio das importações e um reforço das exportações; enquanto para os países emergentes, este processo foi exatamente o inverso.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

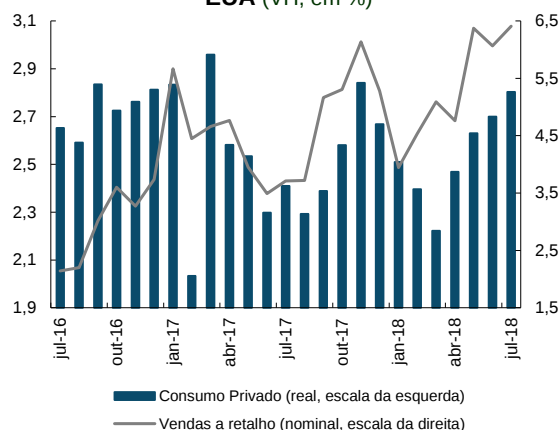
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	3,5	3,8	3,6	4,0	3,6	3,8	4,0	3,4	3,4
Economias Avançadas	VH	CPB	3,0	3,2	3,5	3,9	3,5	2,9	3,8	2,9	2,9	2,9
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	3,9	4,2	3,4	4,5	4,2	3,9	4,9	3,9	3,9
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,6	4,3	5,2	4,7	4,3	3,7	2,0	4,6	3,4	3,0
Importações Mundiais	VH	CPB	4,8	4,5	5,1	5,2	4,9	3,9	3,2	5,1	3,9	2,6
Economias Avançadas	VH	CPB	3,5	3,3	3,9	5,3	4,6	2,0	3,5	3,6	1,4	1,1
Economias Emergentes	VH	CPB	6,8	6,3	7,0	5,0	5,4	6,6	2,7	7,2	7,7	4,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,4	4,1	5,2	4,3	3,7	3,5	0,8	4,2	2,9	3,4
Economias Avançadas	VH	CPB	3,9	3,7	4,3	4,2	3,2	3,5	2,7	4,9	2,1	3,5
Economias Emergentes	VH	CPB	5,0	4,7	6,3	4,4	4,2	3,5	-1,5	3,3	3,9	3,2

Atividade Económica Extra-UE

No 2.º trimestre de 2018, o PIB da **OCDE** desacelerou ligeiramente para 2,5% em termos homólogos reais (2,6% no 1.º trimestre), influenciado sobretudo pelo abrandamento da União Europeia; já que se assistiu a reforço significativo do crescimento dos EUA. Neste período, a taxa de inflação homóloga subiu para 2,6% para o conjunto dos países da OCDE (2,2% no 1.º trimestre).

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

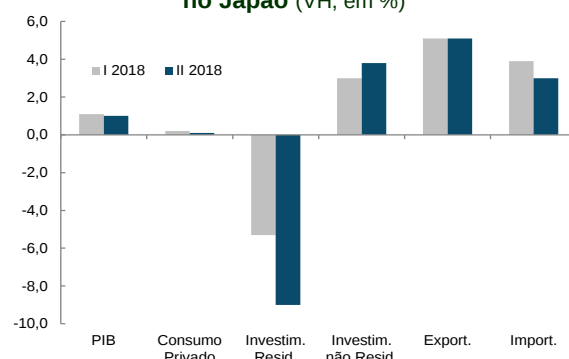


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Após uma forte aceleração do PIB dos **EUA** para 2,9% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2018 (2,6% no 1.º trimestre) os indicadores disponíveis para o início do 3.º trimestre, indicam um reforço da atividade económica. Com efeito, em julho de 2018 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou para 4,2% (4% em junho) apesar de alguma diminuição dos indicadores de confiança dos empresários;
- as vendas a retalho aceleraram para 6,4% (6,1% no mês precedente) em linha com um forte crescimento do consumo privado (2,8% em termos reais);
- a taxa de desemprego baixou para 3,9% e a taxa de inflação homóloga subiu para 2,9% (o valor mais elevado desde março de 2012).

Figura 1.5. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)

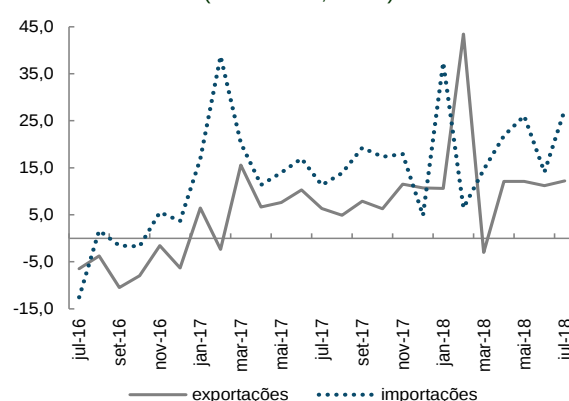


Fonte: Instituto de estatística do Japão.

No 2.º trimestre de 2018, o PIB do **Japão** desacelerou muito ligeiramente para 1% em termos homólogos reais (1,1% no 1.º trimestre) devido sobretudo à quebra significativa do investimento privado no segmento residencial.

No início do 3.º trimestre de 2018, os indicadores disponíveis para a **China** indicam uma estabilização da produção industrial e um ligeiro abrandamento das vendas a retalho. No âmbito externo, em julho de 2018 e, em termos homólogos nominais, as exportações de bens aumentaram 12,2% (11,2% no mês anterior) e as importações tiveram uma aceleração significativa, para 27% (14% em junho). Por sua vez, a taxa de inflação aumentou para 2,1% (1,9% em junho).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fonte: OMC.

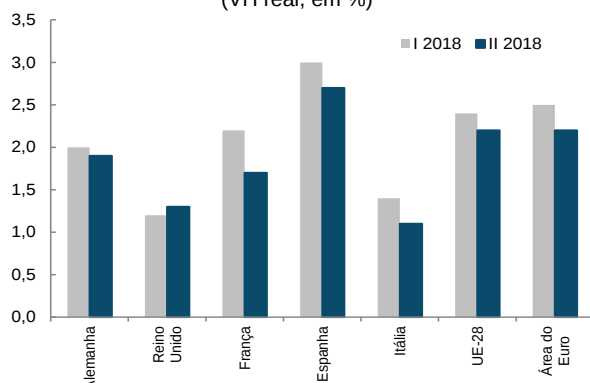
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,1	2,3	2,5	2,6	2,9	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	16	19	13	3,0	3,4	3,6	3,8	3,0	4,0	4,2
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	55,8	58,7	58,7	59,7	58,7	57,3	58,7	60,2	58,1
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	61,3	58,2	60,1	61,1	61,4	59,1	61,3	63,9	56,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	96,4	95,1	98,4	98,9	98,3	98,8	98,0	98,2	97,9
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,3	4,3	4,1	4,1	3,9	3,9	3,8	4,0	3,9
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,9	6,8	6,8	6,8	6,7	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	8,2	6,4	9,5	17,0	11,8	12,1	12,1	11,2	12,2
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,7	1,6	2,0	2,0	1,1	1,0	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2018, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 2,2% em termos homólogos reais, em ambas as zonas (2,4% e 2,5%, designadamente, no 1.º trimestre), tendência que se estendeu à generalidade dos países. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de julho de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro melhorou ligeiramente, invertendo a diminuição ocorrida entre março e junho (+0,4%, no 2.º trimestre).

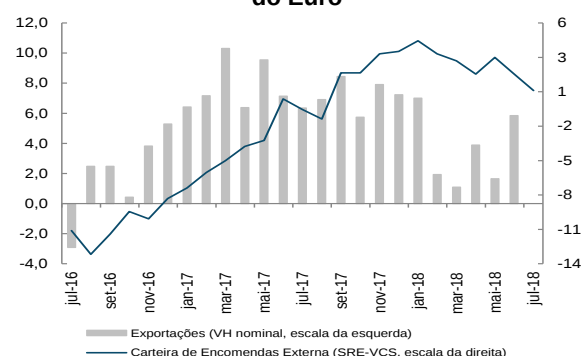
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no 2.º trimestre de 2018, indicam um abrandamento da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto as exportações de bens aceleraram para 3,8% em termos homólogos nominais (3,3%, no 1.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro



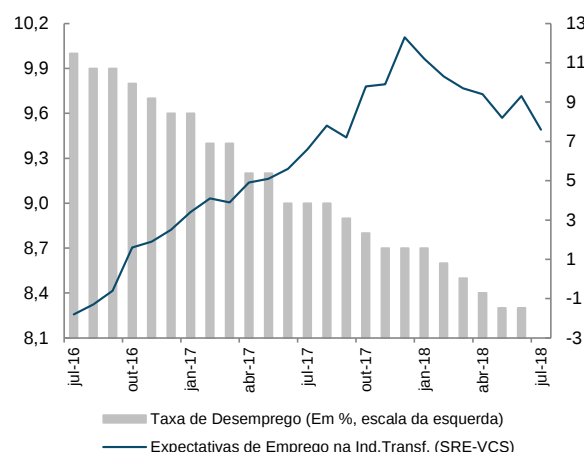
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em julho de 2018, o indicador de sentimento económico aumentou muito ligeiramente para a UE; enquanto recuou também, de forma ténue, para a AE.

No 2.º trimestre de 2018, a taxa de desemprego desceu para 6,9% e para 8,3% na UE e na AE, respetivamente (-0,8 p.p. para ambas, face ao período homólogo).

Em julho de 2018, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os sectores da indústria transformadora, serviços e construção; enquanto melhoraram para o comércio a retalho.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em julho de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 2,1% (2% em junho) resultando sobretudo da aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 9,5% (8% em junho). Igualmente, também nesse mês, a taxa de inflação subjacente subiu para 1,3% em termos homólogos (1,2% em junho).

Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação estabilizou em 1,5% em julho de 2018.

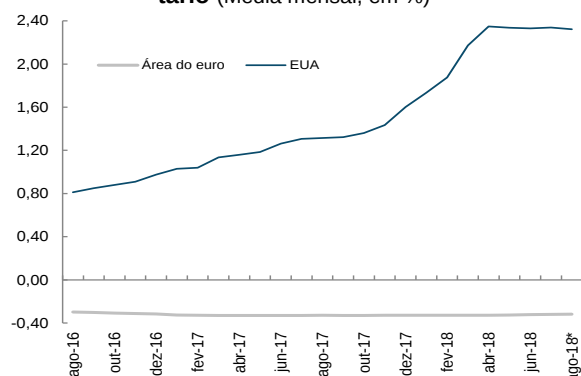
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,5	2,8	2,6	2,4	2,2	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,1	109,9	111,9	114,1	114,0	112,5	112,4	112,8	112,2	112,3
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,5	2,8	2,8	2,5	2,2	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	109,5	111,8	114,3	114,0	112,5	112,7	112,5	112,3	112,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,0	2,6	4,1	4,0	3,3	2,2	1,8	2,4	2,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,3	2,6	2,6	2,0	1,6	1,5	1,6	1,5	1,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,1	9,1	9,0	8,7	8,6	8,3	8,4	8,3	8,3	:
IHPC	VH	"	15	15	14	14	12	17	13	19	2,0	2,1

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em agosto de 2018, as taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência descendente para os EUA; enquanto para a área do euro, estas continuaram a registar uma leve subida. Com efeito, até ao dia 29, a taxa Euribor a 3 meses foi de -0,32% e a dos EUA ascendeu a 2,32%.

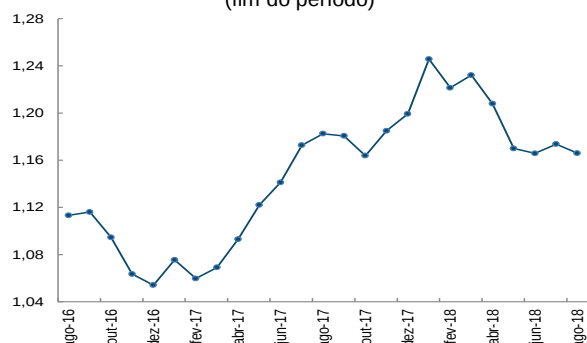
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 29.

Em julho de 2018, as taxas de juro de longo prazo desceram tanto para os EUA como para a área do euro.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



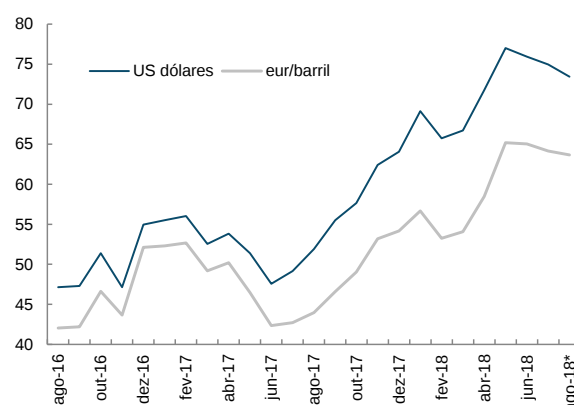
Fonte: Banco de Portugal. Para agosto, o valor é do dia 29.

Em agosto de 2018, o euro depreciou-se face ao dólar, especialmente na primeira metade do mês, tendo atingido no dia 15 (1,13) o valor mais baixo desde finais de junho de 2017. Contudo, este movimento inverteu-se na segunda parte do mês, tendo recuperado para 1,17 no dia 29, nível semelhante ao registado no final de julho de 2018. A depreciação em causa refletiu a perspetiva de um crescimento mais moderado da economia da área do euro ampliado pelos efeitos do crescente protecionismo do comércio global e, de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA.

Em julho de 2018, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 58,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em agosto de 2018 e, até ao dia 29, o preço do petróleo *Brent* continuou a evoluir no sentido descendente, para se situar, em média, em 73 USD/bbl (64€/bbl) resultando, em simultâneo, do aumento da produção decidido na reunião da OPEP com outros parceiros em finais de junho e de uma maior contenção na procura.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 29

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,32	-0,33	-0,32	-0,32	-0,32
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,33	2,26	2,24	2,37	2,76	2,92	2,87	2,98	2,91	2,89
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,17	1,17	1,12	0,99	1,16	1,22	1,13	1,24	1,29	1,20
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,09	1,141	1,181	1,199	1,232	1,166	1,208	1,170	1,166	1,174
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	3,3	4,9	10,3	-2,5	0,7	0,2	10	-0,6	4,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	-1,7	4,4	-2,5	-4,1	10	5,2	-3,7	-0,3	3,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	50,92	52,39	61,38	67,19	74,90	71,76	77,01	75,93	74,98
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	21,6	8,44	11,11	19,97	22,85	47,09	33,3	49,8	59,7	52,6
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	11,4	5,6	9,8	6,4	35,7	16,5	40,3	53,5	50,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	42,1	40,6	38,6	45,8	49,2	54,7	49,7	56,4	57,8	58,8

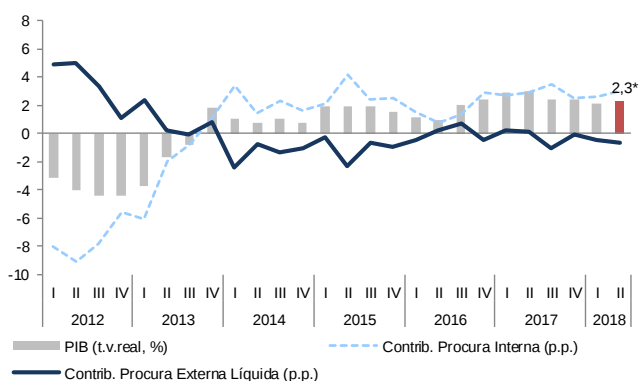
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2018 apontam para um crescimento homólogo real de 2,3% do PIB, acelerando 0,5 face ao trimestre precedente. Segundo o INE, esta variação resultou do aumento do contributo da procura interna, tendo implícito um crescimento mais robusto do consumo privado e um abrandamento do investimento (FBCF). O contributo da procura externa líquida manteve-se ligeiramente negativa.

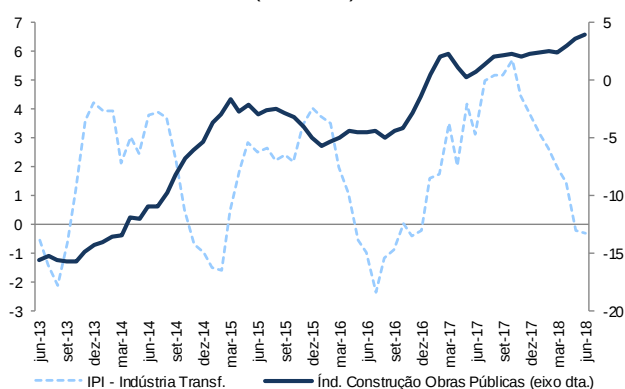
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

Os dados do INE relevam que, no 2.º trimestre de 2018, o Indicador de Atividade Económica registou uma redução face ao trimestre anterior.

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



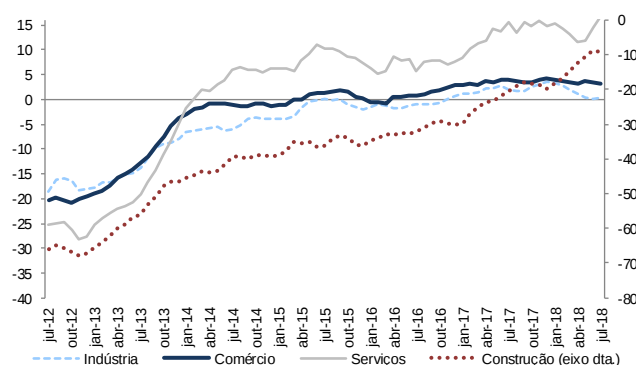
Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 2.º trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um decréscimo de 0,3% e o Índice de Volume de Negócios um aumento de 8,2% (1,9% e 4,3% no 1.º trimestre, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um aumento de 4,0%, acelerando 1,6p.p. face ao trimestre anterior;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços apresentou um crescimento face ao período homólogo de 6,6%, acelerando face ao trimestre terminado no mês anterior (0,5 p.p.);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,4%, um valor inferior em 1,7 p.p. face ao observado no 1.º trimestre de 2018.

Comparando o trimestre terminado em julho com o 2.º trimestre, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança da indústria e serviços, registando-se uma pequena deterioração do indicador de confiança do comércio e da construção.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

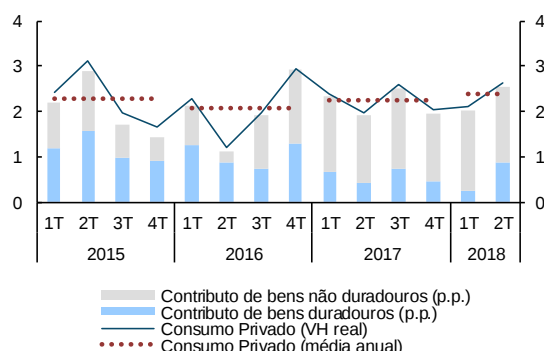
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	2,7	3,0	2,4	2,4	2,1	2,3	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	2,0	2,2	2,2	1,9	2,1	2,4	2,1	2,1	2,3	2,4	2,5
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2,3	2,7	1,8	3,5	2,1	0,0	1,7	0,1	-0,5	0,5	0,9
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,7	4,1	3,4	4,2	3,5	3,5	3,2	3,0	4,6	2,9	1,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13,8	13,7	15,6	14,8	13,2	14,4	11,2	10,5	13,7	18,9	18,3
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-21,3	-22,0	-18,0	-19,8	-14,5	-9,0	-12,5	-9,0	-10,8	-7,1	-10,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,9	3,1	5,2	3,8	1,9	-0,3	-1,2	2,8	-2,1	-1,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	9,1	7,4	6,8	9,8	4,3	8,2	-1,6	13,2	5,5	6,8	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	6,7	8,1	7,2	5,7	5,5	6,6	4,5	5,6	8,1	6,1	:

*Primeira Estimativa.

Consumo Privado

No segundo trimestre do ano, o Consumo Privado cresceu, em termos homólogos reais, 2,6%, mais 0,5 p.p. do que no primeiro trimestre. Esta evolução reflete sobretudo a dinâmica do consumo de bens duradouros (+6,2 p.p. para 8,8%), não obstante uma desaceleração do consumo de bens alimentares para 1,1% (-0,2 p.p.) e uma manutenção dos bens correntes não alimentares e serviços em 2,2%.

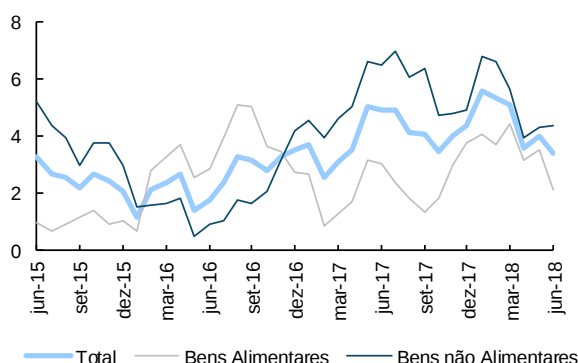
Figura 2.4. Consumo Privado e contributos
(VH, %)



Fonte: INE.

No segundo trimestre de 2018, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 3,4%, o que afigura uma desaceleração de 1,7 p.p. face ao primeiro trimestre. A componente alimentar, que cresceu 2,1%, foi a principal determinante deste comportamento ao desacelerar 2,3 p.p. A componente não alimentar registou igualmente uma desaceleração face aos primeiros três meses do ano (-1,2 p.p.), crescendo 4,4%.

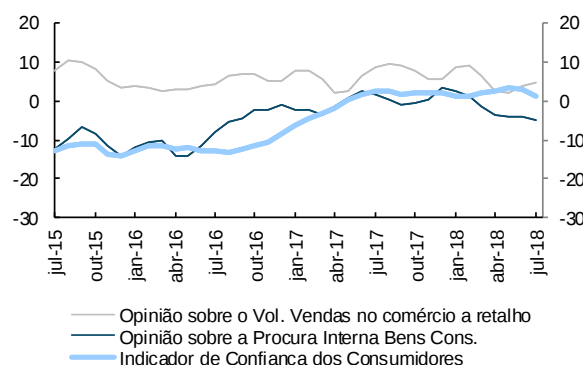
Figura 2.5. Volume de Negócios do Comércio a Retalho
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Os indicadores qualitativos registaram uma evolução mista no trimestre terminado em julho. Enquanto o indicador de confiança dos consumidores piorou, a sua opinião relativamente à aquisição de bens duradouros melhorou ligeiramente. No caso dos indicadores de opinião dos empresários, a opinião destes relativamente ao volume de negócios no Comércio a Retalho evoluiu positivamente, enquanto a opinião relativa à procura interna de bens consumo evoluiu em sentido inverso.

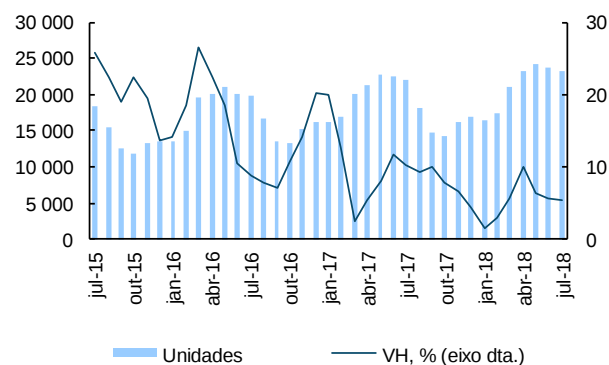
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de julho foram vendidos 19 961 veículos ligeiros de passageiros, um aumento homólogo de 13,6%. Em termos acumulados, entre janeiro e julho, foram vendidos 154 323 veículos, mais 6,6% do que em igual período de 2017.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	2,0	2,6	2,1	2,1	2,6	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,5	1,7	1,5	2,3	2,0	2,8	2,8	3,0	4,1	1,3	-1,4
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	6,5	6,4	8,9	5,4	6,5	3,9	-0,5	2,7	4,5	4,5	5,2
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	4,1	4,9	4,1	4,4	5,1	3,4	5,1	1,3	5,6	3,3	:
Bens Alimentares	VH	"	2,3	3,0	1,3	3,8	4,4	2,1	6,3	-0,5	4,8	2,0	:
Bens não alimentares	VH	"	5,6	6,5	6,4	4,9	5,6	4,4	4,1	2,7	6,2	4,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	11,8	10,1	4,5	5,6	5,7	7,1	13,8	-0,3	5,3	13,6
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	6,6	8,1	4,3	6,1	2,9	6,2	-5,2	11,3	2,2	5,8	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

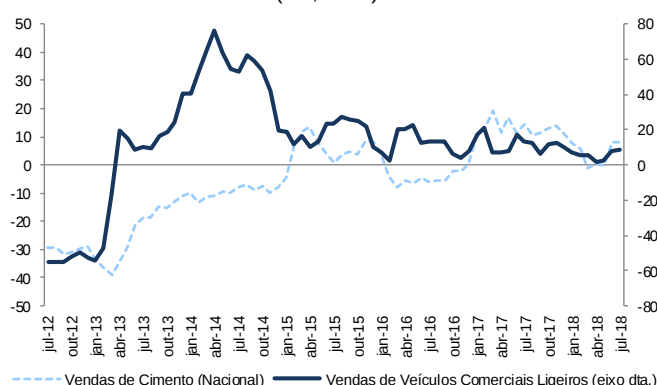
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 2.º trimestre de 2018, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 4,1%, 1,2 p.p. inferior ao observado no trimestre precedente. O investimento em outras máquinas e equipamentos manteve uma variação de 10,2% (idêntica ao trimestre anterior).

Os dados para o trimestre terminado em julho mostram que, em termos homólogos:

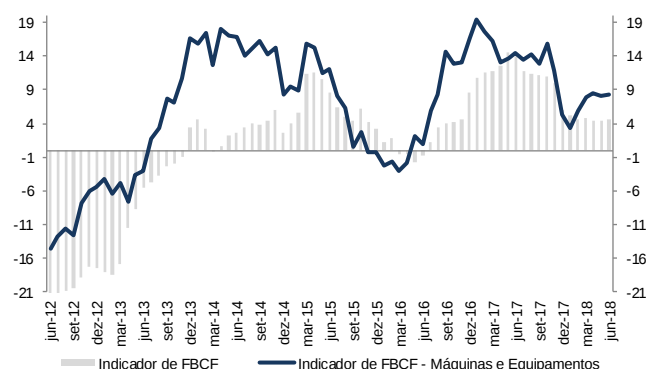
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 8,6% (7,8% no 2.º trimestre de 2018) acompanhadas pela variação de -9,1% na venda de veículos comerciais pesados (3,2% no 2.º trimestre de 2018);
- as vendas de cimento registaram uma variação homóloga de 8,1% (o que compara com 8% no 2.º trimestre).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis, relativos ao 2.º trimestre de 2018, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 17,5% (20,2% no 1.º trimestre);
- a importação de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceu 10,2% (um acréscimo de 1,7 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 40,3% (30,9% no 1.º trimestre de 2018).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

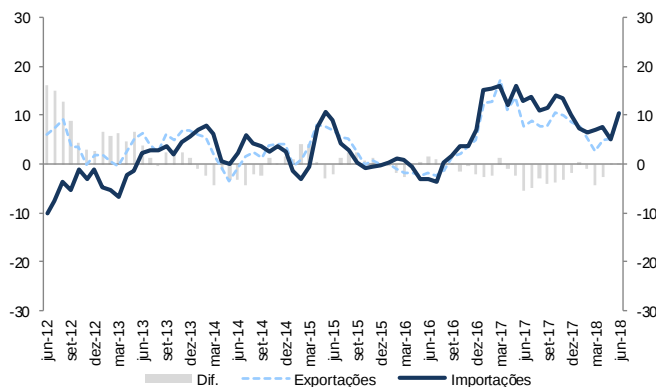
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	8,5	10,1	10,3	6,4	7,1	6,4	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	9,2	11,4	10,0	5,9	5,3	4,1	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	16	13,9	11,1	6,5	5,9	4,6	5,9	4,2	4,1	4,6	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11	11,5	11,7	11,0	-11	8,0	-16,0	11,6	6,4	6,7	11,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,9	17,3	6,3	10,2	5,5	7,8	-2,2	-3,8	13,5	12,8	-18
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	4,9	5,3	39,6	6,2	-2,4	3,2	-26,6	11,0	-12,0	9,6	-25,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-8,5	11,4	9,7	2,8	4,9	4,4	2,6	-5,2	9,6	8,7	3,2
Licenças de Construção de fogos	VH	"	14,6	12,2	22,7	17,5	30,9	40,3	41,2	70,8	15,3	48,2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,6	18,0	12,3	6,8	8,5	10,2	0,2	17,7	7,8	6,4	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-16	9,3	18,0	19,4	20,2	17,5	13,1	22,9	13,9	16,6	:

*no Comércio por Grosso; **excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 2º trimestre de 2018, apontam para um aumento das exportações de 10,5% e um aumento das importações em 10,4% (2,8% e 7,1% no 1.º trimestre de 2018, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



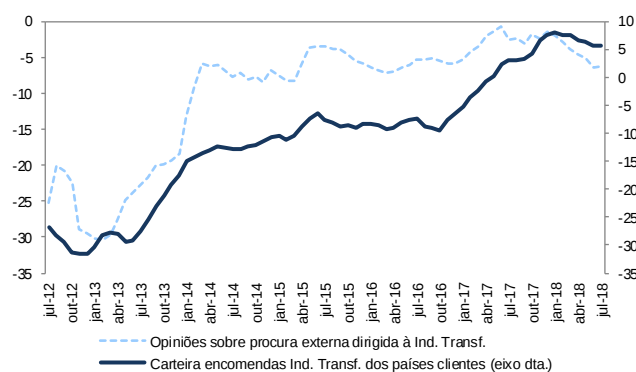
Fonte: INE.

Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações registou um aumento de 4,2%, (-7,6% no trimestre anterior). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 12,6%, acelerando 6,3p.p. face ao trimestre anterior;
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 10,0%, enquanto que o mercado extracomunitário registou um crescimento de 11,3% em termos homólogos (7,9% e 4,7% no 1.º trimestre de 2018, respetivamente);
- estes resultados resultam numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 78,7% (78,6% em igual período de 2017).

Por seu lado, no trimestre terminado em julho, as opiniões sobre a procura externa na indústria registaram uma ligeira melhoria face ao 2º trimestre. Por outro lado, a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes apresentou um pequeno recuo.

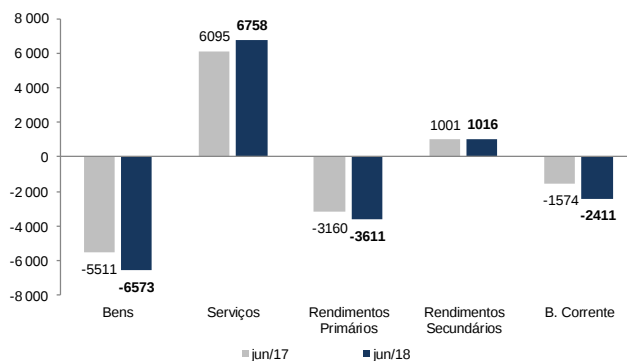
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

O défice acumulado da balança corrente, até junho de 2018, foi de 2 411 milhões de euros, o que representa um agravamento de 837 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado reflete a deterioração dos saldos da balança de bens e de rendimentos primários, ainda que compensada em parte pela melhoria dos saldos da balança de serviços e de rendimentos secundários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

Entre janeiro e junho de 2018, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 1678 milhões de euros, o que compara com a necessidade de financiamento de 836 milhões de euros no período homólogo.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,9	8,1	6,2	7,3	4,7	6,8	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	7,9	7,3	8,4	7,1	5,6	7,9	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	10	0,8	0,9	10	0,9	:	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	12	0,9	10	12	12	:	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	10,1	7,7	7,6	8,5	2,8	10,5	5,8	-5,6	17,6	6,2	8,6
Entradas de Bens	VH nom	"	12,6	13,0	11,5	10,3	7,1	10,4	8,3	2,1	13,4	0,6	13,1

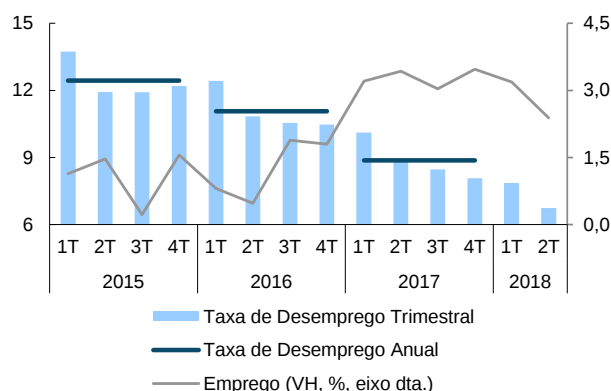
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2017		2018		Dif.
				2T	3T	4T	1T	2T	jan-jun	jan-jun	jan-jun	jan-jun	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	2 699	-769	2412	1123	-78	-1600	-836	-1678	-842	-842	
Saldo Balança de Bens	"	"	-12 108	-3063	-3151	-3446	-3075	-3498	-5511	-6573	-1062	-1062	
Saldo Balança de Serviços	"	"	15 619	3873	5581	3943	2563	4195	6095	6758	662	662	
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 859	-2344	-1136	-562	-379	-3233	-3160	-3611	-451	-451	
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	2 226	431	625	600	483	533	1001	1016	14	14	

Mercado de Trabalho

Os dados mais recentes do Inquérito Trimestral ao Emprego do INE apontam para que a taxa de desemprego se tenha fixado nos 6,7% no segundo trimestre de 2018, 1,2 p.p. abaixo do primeiro trimestre, e o valor mais baixo da série iniciada em 2011. Esta evolução reflete um aumento do Emprego de 2,4% em termos homólogos, num contexto de aumento ligeiro (0,1%) da população ativa.

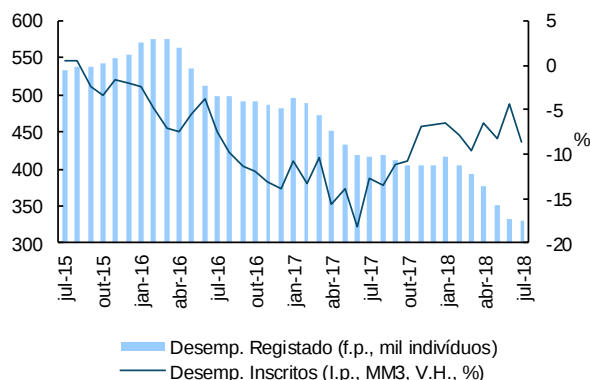
Figura 2.13. Emprego e Taxa de Desemprego



Fonte: INE.

No final de julho, estavam inscritas, nos Centros de Emprego, cerca de 331 mil pessoas, menos 20,6% do que em igual período de 2017. Já o número de indivíduos que se inscreveram ao longo do mês de referência ascendeu aos cerca de 40 mil, menos 8% em termos homólogos.

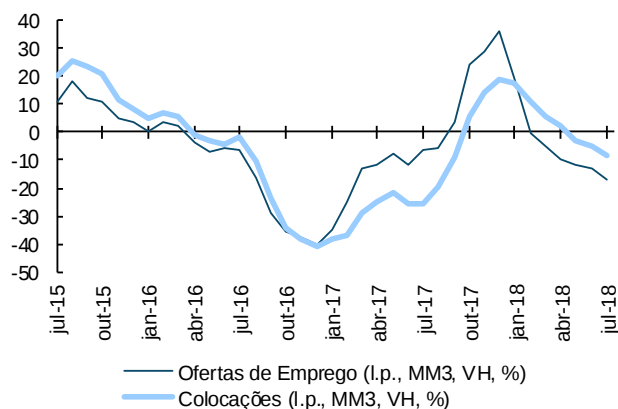
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

O número de ofertas de emprego registou uma quebra homóloga de 14% em julho, enquanto as colocações caíram 6,7% em igual período. Assim, o rácio entre ofertas e colocações fixou-se nos 65,6% (mais 5,1 p.p. do que um ano antes).

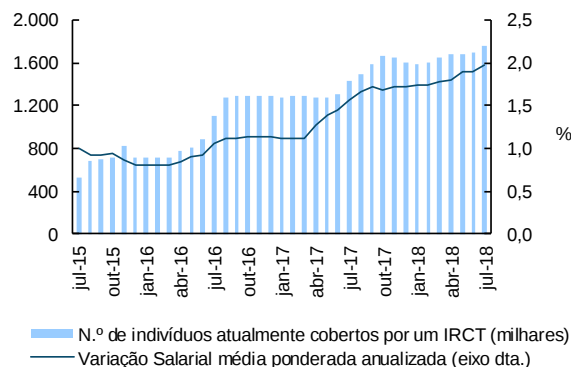
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de julho, cerca de 1,76 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 22,5% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 2%, mais 0,1 p.p. do que no final de junho.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

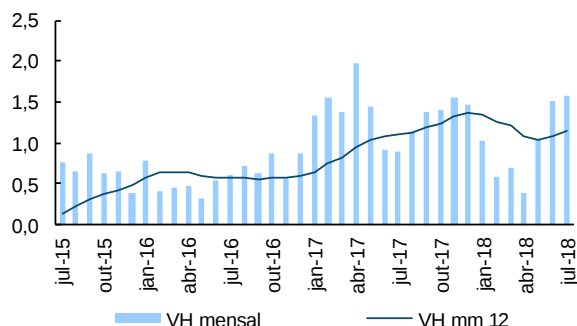
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
Taxa de Desemprego*	%	INE	8,9	8,8	8,5	8,1	7,9	6,7	7,5	7,1	7,0	6,7	:
Emprego Total*	VH	"	3,3	3,4	3,0	3,5	3,2	2,4	2,7	2,6	2,5	2,7	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-18,3	-16,3	-16,3	-16,6	-20,5	-16,6	-16,6	-19,0	-20,5	-20,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-18,1	-11,2	-6,8	-9,7	-4,4	-16,1	5,9	-11,6	-6,2	-8,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	-12,0	3,7	36,0	-4,8	-13,2	-5,4	0,1	-24,7	-9,4	-14,0
Contratação Coletiva	VH	MESS	1,7	1,5	1,7	1,7	1,8	1,9	1,8	1,8	1,9	1,9	2,0
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	2,1	2,9	-1,1	3,8	-1,3	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,7	1,9	1,8	1,6	2,3	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em julho, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou um crescimento homólogo de 1,6%, mais 0,1 p.p. do que em junho. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o aumento do IPC manteve-se inalterado em 1,1%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

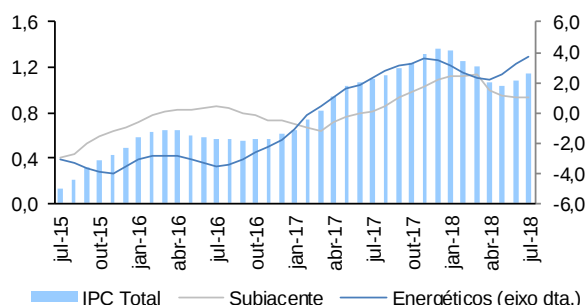


Fonte: INE.

Em igual período, o preço dos Bens registou um crescimento de 1,1% (1,3% em junho), enquanto o IPC dos Serviços acelerou 0,4 p.p., crescendo 2,3%

Já o IPC subjacente, que exclui produtos energéticos e alimentares não transformados, manteve-se inalterado em 1%, menos 0,6 p.p. do que o IPC total. Esta diferença reflete, em grande medida, a forte dinâmica do IPC da Energia que cresceu 7,7% em julho (7,5% em junho).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



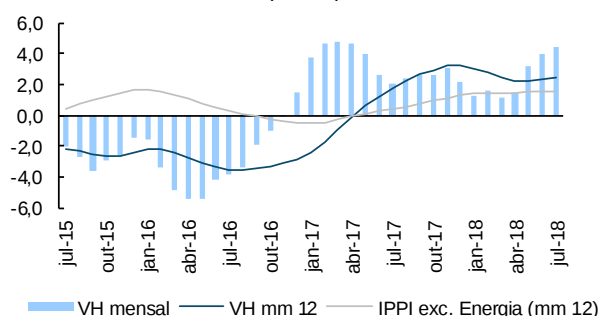
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, a que registou a maior queda, tal como no mês anterior, foi a classe do Vestuário (diminuição de 2,8%), enquanto a classe de Restauração e Hotelaria foi a que registou a maior subida (4,8%) seguido da classe dos Transportes (4%), reflexo do forte aumento da classe da Energia.

Em julho, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 2,2%, enquanto a zona euro apresentou uma variação de 2,1%, levando a que o diferencial entre as duas aumentasse ligeiramente para 0,1 p.p. (havia sido nula em junho).

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em julho de 2018, uma variação homóloga de 4,4%, o que traduz uma aceleração de 0,4 p.p. face a junho.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, para as quais existem dados disponíveis, a secção de Energia foi a que teve um maior aumento (14,5%), enquanto a secção industrial de Bens de Investimento teve a evolução menos favorável (-0,2%). Com efeito, se excluirmos a secção da Energia, o aumento do IPPI teria sido de apenas 1,9%, mais 0,1 p.p. do que em junho.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

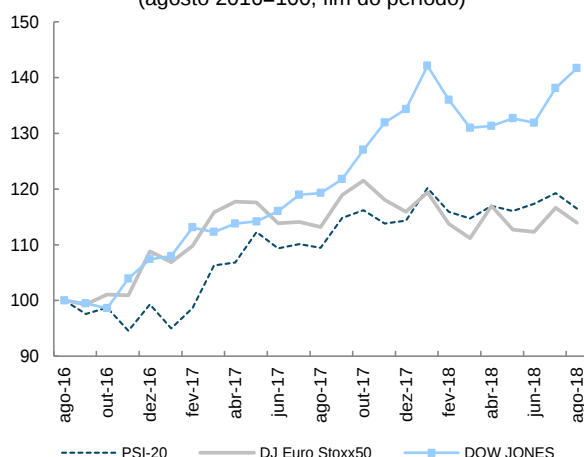
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018						
				nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,3	0,0	-1,0	-0,7	1,9	0,7	0,4	0,1	-0,6
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	1,5	1,5	1,0	0,6	0,7	0,4	1,0	1,5	1,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,3	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1
IPC - Bens	VH	"	0,9	1,3	1,0	0,3	0,0	-0,2	0,3	0,6	1,3	1,1
IPC - Serviços	"	"	2,1	1,9	2,1	2,1	1,4	2,1	0,6	1,7	1,9	2,3
IPC Subjacente*	"	"	1,1	1,1	1,2	0,9	0,6	0,8	0,2	0,6	1,0	1,0
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,3	3,0	2,2	1,2	1,6	1,2	1,5	3,2	4,0	4,4
IHPC	"	"	1,6	1,8	1,6	1,1	0,7	0,8	0,3	1,4	2,0	2,2
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,1	0,3	0,2	-0,2	-0,4	-0,5	-1,0	-0,5	0,0	0,1

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em agosto de 2018, os índices bolsistas dos EUA registaram um forte dinamismo, traduzindo o forte crescimento da economia. Porém, as bolsas europeias apresentaram algum recuo, resultando, em parte, dos receios acerca do impacto da imposição de tarifas alfandegárias no crescimento económico e comércio global; do risco de contágio da instabilidade financeira da Turquia nos restantes mercados emergentes e, do aumento da incerteza política na Itália. Assim, a 29 de agosto de 2018, o índice *Dow Jones* apreciou-se 2,6% face ao final de julho (culminando numa valorização de 7,4% face ao final de junho); enquanto o *Euro Stoxx50* caiu 2,3% face ao mês precedente.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(agosto 2016=100, fim do período)

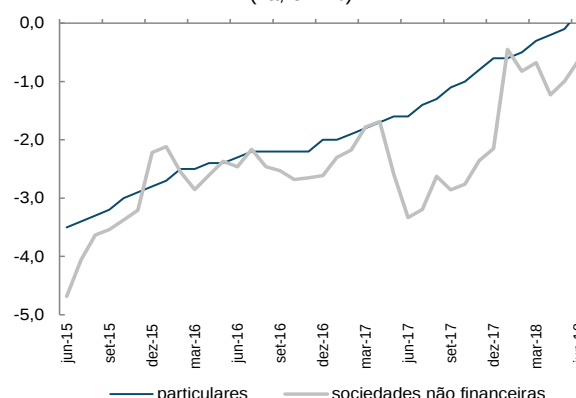


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para agosto, o valor é do dia 29.

Quanto ao índice PSI-20, este também se desvalorizou em agosto de 2018, tendo, no dia 29, caído 2,3% face ao final de julho (igual à área do euro); no entanto, este continuou a registar um ganho (1,9%) em relação ao final do ano de 2017.

Em junho de 2018, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -0,1% em termos anuais (-0,4% no mês precedente) em resultado da melhoria tanto do crédito atribuído às empresas não financeiras como aos particulares.

Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

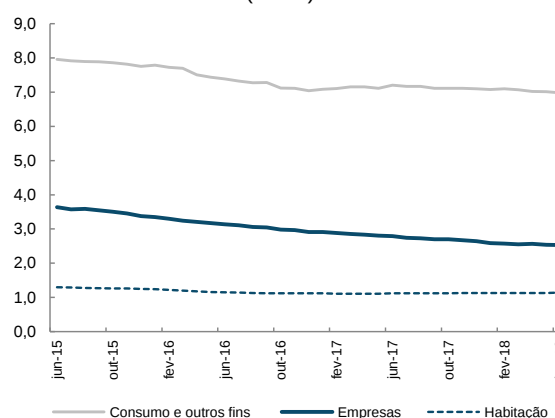


Fonte: Banco de Portugal.

A melhoria do crédito destinado aos particulares deu-se em todos os segmentos (habitação, para outros fins e consumo), tendo este último reforçado o seu crescimento para 11,7% (o mais elevado desde outubro de 2008).

Em junho de 2018, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas, para 2,53% (-26 p.b. em termos homólogos). Enquanto, para os particulares, registou-se uma ligeira subida devido ao aumento da taxa para os empréstimos à habitação.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018							
				nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	19	19	19	19	2,0	16	17	19	18	17	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	149	154	149	130	132	110	110	156	148	129	
PSI 20*	VC	CMVM	15,2	-2,1	0,5	5,1	-3,6	-10	2,0	-0,8	1,1	17	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-17	-18	-17	-17	-16	-15	-14	-13	-11	:	
- para consumo	va**	"	9,8	9,1	9,8	10,6	10,3	10,9	10,6	11,2	11,7	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,1	-2,4	-2,1	-0,5	-0,8	-0,7	-1,2	-1,0	-0,6	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,14	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,65	2,67	2,65	2,58	2,57	2,55	2,57	2,54	2,53	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao ativo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas

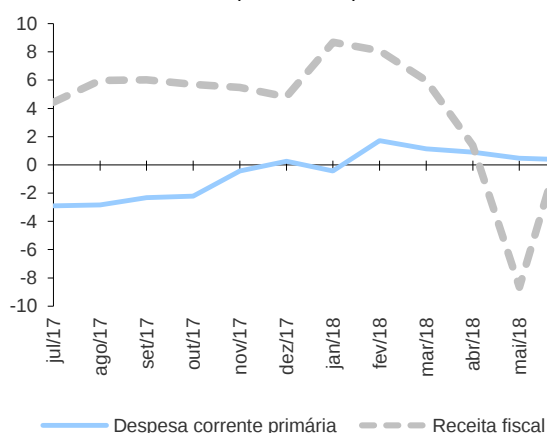
O saldo da execução orçamental das Administrações Públicas¹ registou, entre janeiro e julho, uma melhoria de 1.110 milhões de euros face ao período homólogo², tendo-se fixado em -2.624 milhões de euros. No mesmo período, o saldo primário atingiu os 3.172 milhões de euros, correspondendo um aumento de 1.417 milhões de euros relativamente ao período homólogo. A evolução do saldo ficou a dever-se a um crescimento mais acentuado da receita efetiva (5,3%) do que da despesa efetiva (2,5%). O Estado e Segurança Social foram os subsectores que contribuíram positivamente para a melhoria do saldo global das Administrações Públicas.

Estado

A execução orçamental do subsector Estado registou até julho um saldo global negativo de 3.953 milhões de euros, representando uma melhoria de 1.093 milhões de euros face ao mês homólogo de 2017. Por sua vez, o saldo primário foi positivo e da ordem dos 1.104 milhões de euros, tendo melhorado 1.275 milhões de euros face ao período homólogo.

A despesa total registou um crescimento de apenas 0,6%, uma vez que a redução da despesa corrente primária (-0,4%) – por via da contenção em despesas com pessoal (-3%), refletindo a eliminação do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal – compensou parcialmente a subida nos encargos com juros (3,7%).

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)

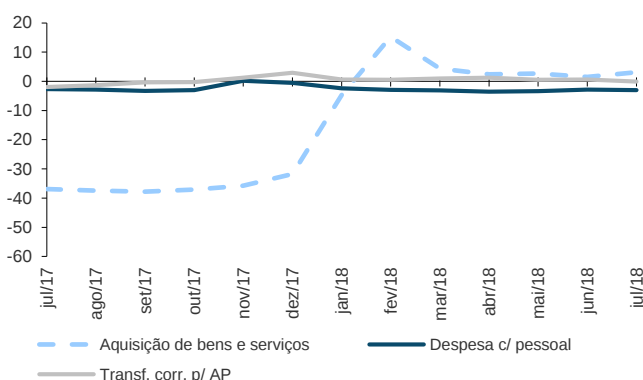


Fonte: DGO.

Para esta evolução terá contribuído o crescimento de 5,2% da receita total do Estado, apoiada num crescimento de 5,3% da receita corrente, a qual, por sua vez, reflete um crescimento de 3,8% da receita com origem nos impostos indiretos e uma variação de 7,1% da receita proveniente dos impostos diretos.

Em termos acumulados, o grau de execução da receita e da despesa efetiva situam-se ligeiramente acima do registado no período homólogo (1,4 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017	2018	2017	2018	2018			
	jan a jul		jan a jul		abr	mai	jun	jul
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	24.506	25.777	53,5	54,9	3,9	-7,4	2,6	5,2
Receita corrente	24.445	25.743	53,5	55,0	4,1	-7,2	2,8	5,3
Impostos diretos	9.205	9.863	50,6	54,0	-7,5	-31,6	-0,6	7,1
Impostos indiretos	13.161	13.663	56,6	55,0	6,7	5,1	4,4	3,8
Despesa Efetiva	29.552	29.730	56,4	56,7	2,9	1,5	0,7	0,6
Despesa corrente primária	23.922	23.829	53,5	55,0	-7,5	5,1	0,7	-0,4
Despesa corrente	28.797	28.886	57,4	57,5	2,8	1,4	0,4	0,3
Despesa com pessoal	5.507	5.339	61,9	58,3	-3,6	-3,4	-2,8	-3,0
Aquisição bens e serviços	457	471	21,8	30,3	2,4	2,6	1,5	3,1
Subsídios	17	35	15,9	28,4	91,7	123,1	167,8	111,3
Juros	4.875	5.057	64,6	69,6	11,7	6,7	0,8	3,7
Transferências corr. p/ AP	16.214	16.193	58,0	57,8	1,2	0,6	0,6	-0,1
Saldo Global	-5.046	-3.953	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-171	1.104	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa (Contabilidade Pública).

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se sempre ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

Os SFA (incluindo o SNS e as EPR) registaram em julho um saldo global negativo da ordem dos 84 milhões de euros, representando um agravamento de cerca de 125 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

Esta evolução do saldo global resulta de um crescimento da despesa efetiva (4,7%) superior ao crescimento da receita efetiva (4%). O crescimento da receita efetiva é consequência dum crescimento de 4,2% das transferências correntes das AP compensando a diminuição em contribuições para a Segurança Social (-2,8%). A evolução da despesa efetiva reflete um aumento de 14,4% em aquisição de bens e serviços (parcialmente explicada pelo pagamento de dívida de anos anteriores do SNS), de 1% em transferências correntes. As despesas com o pessoal registaram, pela primeira vez em 2018, um aumento face ao mesmo mês do ano anterior (0,6%).

No mesmo período, as EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um saldo global negativo de 1.170 milhões de euros. Este saldo corresponde a um agravamento de 387 milhões de euros, em termos homólogos.

Este agravamento do saldo das EPR resulta de um crescimento da despesa efetiva de 12,2%, devido a um crescimento de 31,5% em aquisição de bens e serviços e em despesa com juros devido à regularização de despesa com swaps do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. A receita efetiva aumentou 6,3%, em resultado essencialmente do aumento de 4,9% das outras receitas correntes.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo global da execução do SNS (ótica de compromissos) piorou tanto face ao mês anterior (-66 milhões de euros) como em termos homólogos (-41 milhões de euros). Em julho, o saldo foi de -125 milhões de euros.

Um crescimento da receita efetiva (3,4%) inferior ao registado na despesa efetiva (4,1%) explica o agravamento do saldo em termos homólogos. Do lado da receita, destaca-se o crescimento das outras receitas correntes (3,4%) e da receita fiscal (12%).

Quanto à despesa efetiva, é de referir o aumento de 4,2% da despesa com a aquisição de bens e serviços e de 3,2% das despesas com o pessoal. As despesas de capital registaram um aumento elevado (37,8%), mas deve ter-se presente o seu peso relativo na estrutura da despesa – corresponde a uma variação absoluta de mais 14 milhões de euros face ao período homólogo.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em julho, o saldo global da execução do orçamento da CGA foi de cerca de 112 milhões de euros, praticamente estabilizando face ao mês homólogo (mais 1 milhão de euros), melhorando 34 milhões de euros face a junho.

Esta estabilização está associada a uma redução de 1,4% da receita efetiva, muito semelhante à variação da despesa efetiva (-1,5%). A receita com origem em quotas e contribuições registou uma redução de 2,8%, em termos homólogos. As transferências do OE cresceram 0,7%. Na despesa efetiva, por sua vez, destaca-se, essencialmente, a redução de 1,7% em despesa com pensões.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017		2018		2017		2018	
	jan a jul				jan a jul			
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	16 944	17 614	54,2	4,0	4 968	5 283	53,4	6,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 342	2 275	58,5	-2,8	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	9 996	10 414	56,8	4,2	411	494	50,8	20,1
Despesa Efetiva	16 904	17 698	54,7	4,7	5 751	6 453	57,7	12,2
Despesa com pessoal	4 016	4 042	56,6	0,6	2 250	2 262	57,6	0,6
Aquisição de bens e serviços	4 050	4 635	58,9	14,4	1652	2 173	64,5	31,5
Transferências correntes	6 454	6 516	56,1	10	46	53	67,8	14,3
Saldo Global	41	- 84	-	-	- 783	-1170	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2017		2018			2017		2018	
	jan a jul					jan a jul			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	5 235	5 411	3,4	57,5	Receita Efetiva	5 848	5 764	-1,4	58,1
Receita fiscal	57	64	12,0	57,7	Contribuições p/ a CGA	2 338	2 272	-2,8	58,5
Outra receita corrente	5 160	5 336	3,4	58,0	Quotas e contribuições	2 278	2 213	-2,8	58,6
Receita de capital	18	12	-32,4	10,8	Transferências correntes do OE	3 027	3 049	0,7	58,3
Despesa Efetiva	5 319	5 536	4,1	57,3	Comparticipação do OE	2 879	2 883	0,1	58,6
Despesa com pessoal	2 128	2 196	3,2	55,3	Compensação por pagamento de pensões	148	166	12,0	56,2
Aquisição de bens e serviços	3 094	3 225	4,2	59,2	Despesa Efetiva	5 738	5 652	-1,5	56,8
Despesa de capital	37	51	37,2	31,8	Pensões	5 628	5 532	-1,7	56,8
Saldo Global	- 84	- 125	-	-	Saldo Global	111	112	-	-

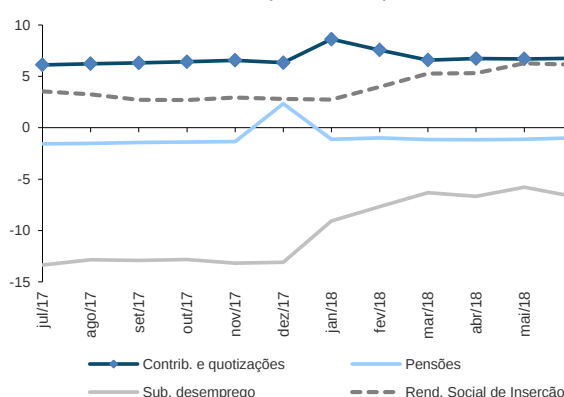
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Segurança Social

Manteve-se em julho a tendência, já verificada nos meses anteriores, de acumulação no subsector da Segurança Social de saldos de execução orçamental positivos apoiados, na sua generalidade, na redução das despesas com as principais prestações sociais e no aumento das receitas proporcionadas pelo crescimento do emprego. Neste mês o saldo de execução orçamental atingiu os 1.185 milhões de euros, representando uma deterioração de cerca de 661 milhões de euros face ao mês anterior e uma melhoria de 148 milhões de euros em termos homólogos.

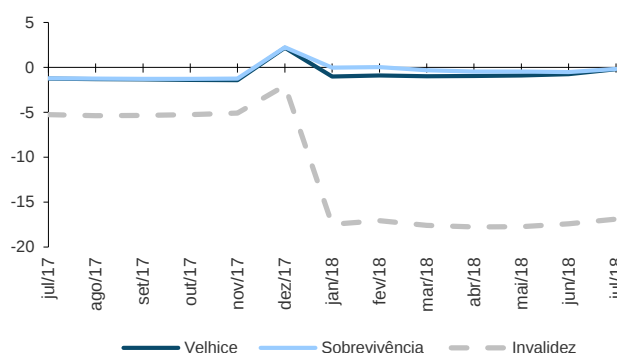
Em julho, a receita efetiva registou um aumento de 2,7%, com a receita com origem em contribuições e quotizações a crescer cerca de 7%, enquanto do lado da despesa efetiva, que cresceu 1,8%, continuou a registar-se uma redução da despesa na generalidade das prestações: subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-6,3%) e pensões (-0,4%) – esta última influenciada pelo fim em 2018 do pagamento de subsídio de natal em duodécimos.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



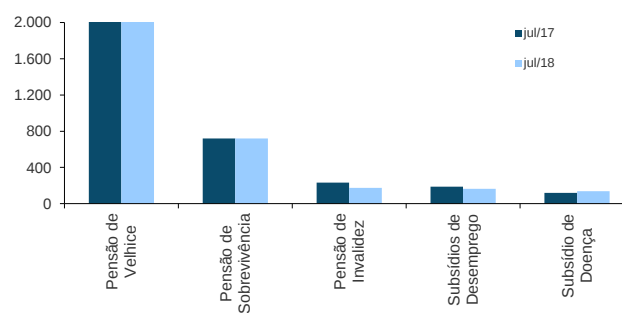
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
		jan a jul		
		10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	15.242	15.652	2,7	55,7
Contribuições e quotizações	8.902	9.525	7,0	57,7
Transferências correntes da Administração Central *	5.276	4.886	-7,4	57,3
Despesa Efetiva	14.205	14.467	1,8	53,3
Pensões	9.387	9.345	-0,4	56,0
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	269	268	-0,5	56,9
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	796	746	-6,3	55,2
Prestações e ação social	2.491	2.277	-8,6	56,2
Saldo Global	1.037	1.185	-	-

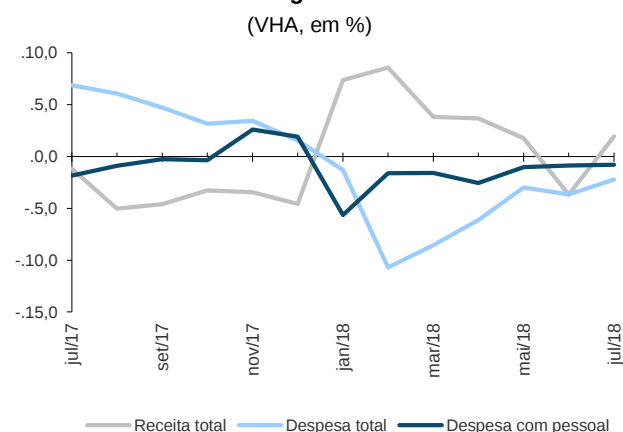
Fonte: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional registou em julho um saldo global de -56 milhões de euros, representando uma melhoria do saldo, em termos homólogos, de cerca de 61 milhões de euros. Este resultado é explicado por comportamentos díspares entre as duas Regiões, dado que, simetricamente ao sucedido em junho, a Região Autónoma dos Açores agravou o défice (em 20 milhões de euros) e a Região Autónoma da Madeira melhorou (em 81 milhões de euros).

Neste período a receita efetiva registou uma subida de 1,9%, enquanto a despesa efetiva apresentou uma redução de 2,2%. Do lado da receita, salienta-se o aumento da receita fiscal (4,4%) graças ao incremento em impostos indiretos (8,3%). Do lado da despesa, destaca-se o decréscimo da despesa em investimento (-21%), encargos com juros (-12,3%) e aquisição de bens e serviços (-4,4%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



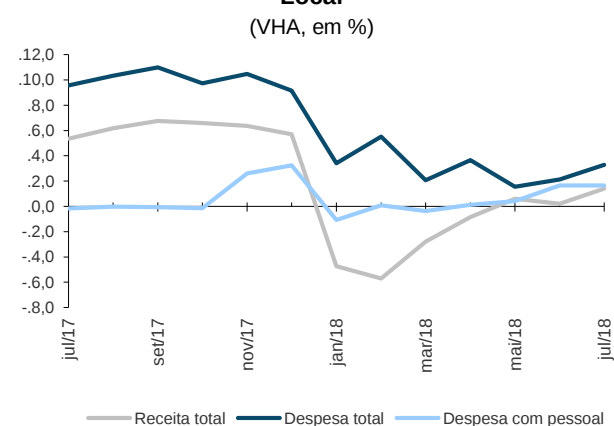
Fonte: DGO.

Administração Local

No subsector da Administração Local, o saldo global da execução orçamental atingiu, em julho, 284 milhões de euros, correspondendo a um agravamento homólogo de 68 milhões de euros.

Este agravamento do saldo ficou a dever-se a um aumento da despesa efetiva de 3,3%, dado que a receita efetiva apenas cresceu 1,4%. O crescimento da despesa justifica-se pelo aumento das outras despesas correntes (68,7%, um aumento de 49 milhões de euros), do Investimento (3,8%) e da despesa com pessoal (1,7%), ainda que compensada pela redução da despesa com a aquisição de bens e serviços (-2,1%) e das transferências de capital (-14,5%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2017	2018		2017	2018	
	jan a jul			jan a jul		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	1 403	1 430	1,9	4 216	4 275	1,4
Impostos	747	780	4,4	1 525	1 600	4,9
Transferências correntes	337	343	1,8	1 507	1 547	2,7
Despesa Efetiva	1 520	1 486	-2,2	3 864	3 991	3,3
Pessoal	603	598	-0,8	1 357	1 380	1,7
Aquisição de bens e serviços	360	344	-4,4	1 198	1 173	-2,1
Transferências correntes	105	119	13,1	363	374	3,0
Investimento	84	66	-21,2	643	667	3,8
Saldo global	- 117	- 56	-	352	284	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (Maastricht) atingiu em junho o valor de 246.673 milhões de euros, diminuindo 3.640 milhões de euros (-1%) face ao mês anterior onde atingiu um máximo histórico. Esta variação ficou a dever-se, essencialmente, à amortização de uma linha de obrigações (OT) de 10 anos (6,6 mil milhões de euros).

Os depósitos detidos pela Administração Central reduziram-se em 5.640 milhões de euros relativamente ao mês anterior, levando o stock da dívida pública líquida para 233.402 milhões de euros (mais 2 mil milhões de euros).

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 mai	2018 jun
Administrações Públicas	242 620	250 313	246 673
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	247 799	256 820	252 115
Administração Regional e Local	10 348	10 233	10 245
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	15 528	16 741	15 688
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	14 735	18 911	13 271

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2017 Dez	2018 jun	2018 jul
Administrações Públicas	1 670	2 187	2 166
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	373	731	713
Administração Regional	294	280	261
Administração Local	1 002	1 176	1 193
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Em julho, a dívida não financeira do sector das Administrações Públicas situava-se em 2.166 milhões de euros. Este valor representa uma diminuição de 21 milhões de euros face ao mês anterior e encontra-se 496 milhões de euros acima do valor registado no final de 2017.

Os subsectores do Estado e da Administração Regional foram os responsáveis pela redução da dívida não financeira relativamente ao mês anterior (respetivamente -18 e -19 milhões de euros), enquanto o subsector da Administração Local registou um aumento de 17 milhões de euros.

A estrutura da dívida não sofreu alterações assinaláveis mantendo-se o subsector da Administração Local como o responsável por mais de metade do total da dívida não financeira (cerca de 55%).

Os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas aumentaram 10 milhões de euros face ao mês anterior, embora se situem 33 milhões de euros abaixo do registado no final de 2017 (-3%). Neste mês o maior responsável pelo aumento não foram os Hospitais EPE mas sim a Administração Local (+5 milhões de euros), já que os primeiros estabilizaram o seu stock em relação a junho e possuem menos 7,6% dos pagamentos em atraso relativamente ao final de 2017.

Mantêm-se sem alteração significativa a estrutura dos pagamentos em atraso, continuando os Hospitais EPE a deter o maior peso relativo (cerca de 74%).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 jun	2018 jul
Administrações Públicas	1 079	1 036	1 046
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	16	24	27
SNS	7	3	5
Hospitais EPE	837	773	773
Empresas Públicas Reclassificadas	12	12	12
Administração Regional	98	105	107
Administração Local	109	118	122
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	1	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	1 080	1 036	1 046

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em julho, a dívida direta do Estado atingiu o valor de 244.653 milhões de euros, representando um aumento de 989 milhões de euros (0,4%) relativamente ao mês anterior. Esta evolução é justificada pelo aumento de 927 milhões de euros em dívida transacionável, muito influenciada pela emissão de 950 milhões de euros nas OT 2,125%Out2028 e OT2,25%Abr2034. No mesmo período, a dívida não transacionável cresceu cerca de 0,3% (98 milhões de euros).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31-05-2018	2018 jul			31-07-2018
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	154 198	4 067	3 091	- 50	150 781
da qual: Bilhetes do Tesouro	13 616	2 094	3 091	0	13 903
da qual: Obrigações Tesouro	127 367	974	0	- 24	122 675
Não Transacionável	35 841	2 569	2 471	0	37 620
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	27 532	248	89	0	27 841
da qual: CEDIC e CEDIM	4 251	2 233	2 272	0	5 687
Prog. de Ajustamento Económico	56 306	0	0	- 37	56 252
Total	246 345	6 636	5 561	-86	244 653

Fonte: IGCP.

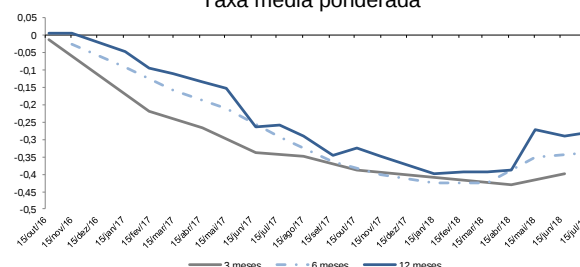
Emissões e Amortizações de Dívida

Durante o mês de agosto foram realizados dois leilões de colocação de dívida pública, com as taxas de juro a refletirem a inversão da tendência descendente que tinha sido observada até abril de 2018. As características das operações foram as seguintes:

- Colocação no dia 15 de agosto de 252,5 milhões de euros (inclui fase não competitiva) de BT 16Nov2018 a uma taxa média ponderada de -0,432% (-0,351% na colocação de maio para o mesmo prazo);
- Emissão, na mesma data, de 750 milhões de euros (fase não competitiva teve valor nulo) de BT 19Jul2019 a uma taxa média ponderada de -0,291% (-0,280% na colocação de julho para o mesmo prazo).

Em agosto não houve emissões de Obrigações do Tesouro (OT).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



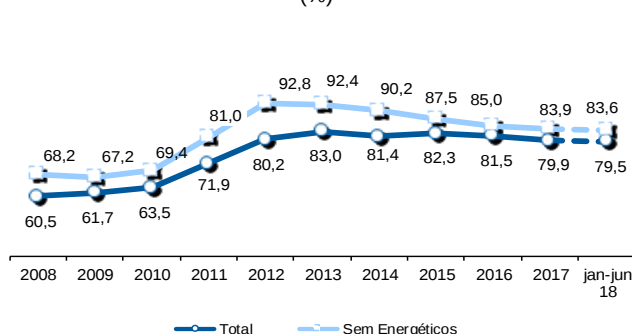
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro semestre de 2018, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 6,6% enquanto as importações aumentaram 8,8% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 18,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 6,5% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 7,9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a junho			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	27.688	29.517	6,6	10,5	7,3
Importações (cif)	34.153	37.151	8,8	10,4	9,6
Saldo (fob-cif)	-6.465	-7.634	18,1	10,0	19,1
Cobertura (fob/cif)	81,1	79,5	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	25.666	27.335	6,5	9,1	7,2
Importações (cif)	30.299	32.701	7,9	9,0	8,8
Saldo (fob-cif)	-4.632	-5.367	15,9	8,1	17,6
Cobertura (fob/cif)	84,7	83,6	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	7.051	6.930	-1,7	4,2	2,7
Importações (cif)	8.237	8.909	8,2	11,3	11,3
Saldo (fob-cif)	-1.186	-1.980	67,0	42,5	88,0
Cobertura (fob/cif)	85,6	77,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros seis meses de 2018, as exportações representaram 79,5% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 1,6 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 83,6% das importações (-1,1 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a junho

Valores em milhões de Euros			
janeiro a junho	2017	2018	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	27 688	29 517	6,6
Importações (cif)	34 153	37 151	8,8
Saldo (fob-cif)	- 6 465	- 7 634	18,1
Cobertura (fob/cif)	81,1	79,5	-
Intra UE			
Exportações (fob)	20 637	22 588	9,5
Importações (cif)	25 916	28 242	9,0
Saldo (fob-cif)	- 5 279	- 5 654	7,1
Cobertura (fob/cif)	79,6	80,0	-
Extra UE			
Exportações (fob)	7 051	6 930	-1,7
Importações (cif)	8 237	8 909	8,2
Saldo (fob-cif)	- 1 186	- 1 980	67,0
Cobertura (fob/cif)	85,6	77,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros seis meses de 2018, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 7,1% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,5% e as importações a aumentarem 9%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 67% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2017	2018	TVH	2017	2018	TVH
jan	5 348	5 977	11,8	4 344	4 775	9,9
fev	5 177	5 608	8,3	4 356	4 608	5,8
mar	6 142	6 270	2,1	5 241	4 948	-5,6
abr	5 415	6 140	13,4	4 122	4 848	17,6
mai	6 279	6 315	0,6	4 873	5 178	6,2
jun	5 792	6 842	18,1	4 751	5 160	8,6
jul	5 743			4 662		
ago	5 271			3 944		
set	5 873			4 651		
out	6 351			4 865		
nov	6 094			5 213		
dez	5 479			4 074		
1º Trím	16 667	17 855	7,1	13 941	14 332	2,8
2º Trím	17 486	19 297	10,4	13 747	15 185	10,5
3º Trím	16 887			13 257		
4º Trím	17 923			14 152		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº7/2018").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2018 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2018). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros seis meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 6,6%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 6,5%.

Entre janeiro e junho de 2018, destaca-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (+4,2 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” (+0,8 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,7 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,4%). Segue-se o “Material de transporte terrestre e suas partes” (14,2%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em junho de 2018.

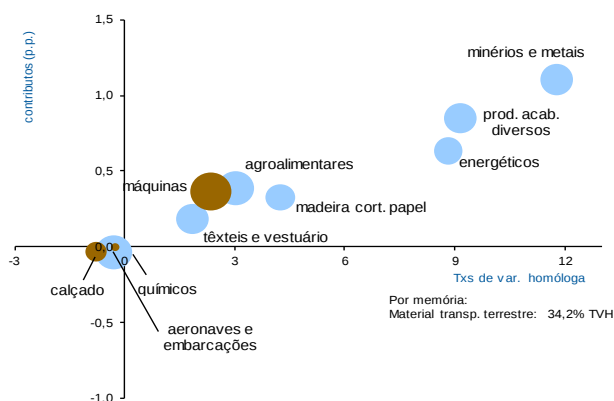
Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+7,3%). Mais uma vez, o “Material de transporte terrestre e suas partes” foi o que mais contribuiu para este comportamento (+3,5 p.p.). Seguem-se os “Minérios e metais” e os “Produtos acabados diversos” (+1,1 p.p. e +0,8 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos positivos dos “Energéticos” (0,6 p.p.), “Agroalimentares” e “Máquinas e aparelhos e suas partes” (ambos com 0,4 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em junho de 2018

(Total: 7,3%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-jun		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-jun		últimos 12 meses ^[1]		jan-jun	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	27 688	29 517	100,0	100,0	100,0	100,0	7,3	7,3	6,6	6,6
Agro-alimentares	3 321	3 431	11,5	12,5	12,0	11,6	3,0	0,4	3,3	0,4
Energéticos	2 022	2 182	8,3	7,2	7,3	7,4	8,8	0,6	8,0	0,6
Químicos	3 602	3 482	12,5	12,6	13,0	11,8	-0,3	0,0	-3,3	-0,4
Madeira, cortiça e papel	2 103	2 183	8,1	7,5	7,6	7,4	4,3	0,3	3,8	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	2 709	2 754	9,2	9,6	9,8	9,3	1,8	0,2	1,7	0,2
Calçado, peles e couros	1 122	1 115	4,0	4,2	4,1	3,8	-0,8	0,0	-0,7	0,0
Minérios e metais	2 698	2 921	11,7	9,7	9,7	9,9	11,8	1,1	8,3	0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	4 286	4 261	15,3	15,3	15,5	14,4	2,4	0,4	-0,6	-0,1
Material de transp. terrestre e suas partes	3 033	4 192	11,1	11,1	11,0	14,2	34,2	3,5	38,2	4,2
Aeronaves, embarcações e suas partes	180	194	0,5	0,8	0,6	0,7	-0,2	0,0	7,8	0,1
Produtos acabados diversos	2 614	2 802	7,7	9,4	9,4	9,5	9,2	0,8	7,2	0,7

Por memória:

Total sem energéticos	25 666	27 335	91,7	92,8	92,7	92,6	7,2	6,7	6,5	6,0
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2018.

[2] $(\text{Jul } 17 - \text{Jun } 18) / (\text{Jul } 16 - \text{Jun } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

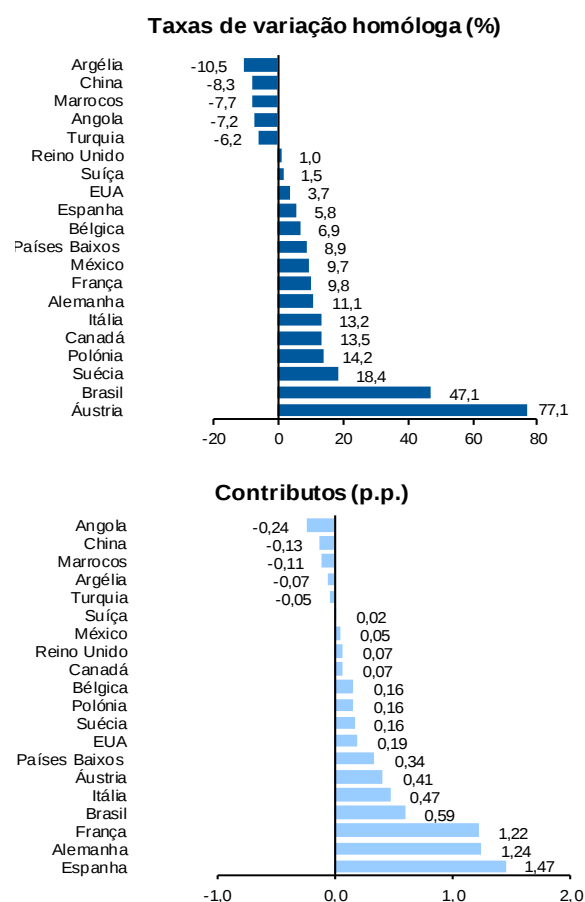
Nos primeiros seis meses de 2018, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 9,5%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 8,4% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 29,5%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1,7% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,5 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a Alemanha e a França (+1,3 p.p. e +1,2 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em junho de 2018, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 8,9%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 8,3 %. As exportações para Espanha (+1,5 p.p.), Alemanha e França (ambos com +1,2 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Brasil (+47,1%), o Canadá (+13,5%) e o México (+9,7%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia (-10,5%) e a China (-8,3%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em junho de 2018



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Valores em milhões de Euros			
	jan-jun		anual		jan-jun		Taxas de variação e contributos			
							12 meses ^[1]			
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	27 688	29 517	100,0	100,0	100,0	100,0	7,3	7,3	6,6	6,6
Intra UE	20 637	22 588	71,1	74,1	74,5	76,5	8,9	6,6	9,5	7,0
dos quais:										
UE-15	19 580	21 218	67,8	70,1	70,7	71,9	8,3	5,8	8,4	5,9
Espanha	7 076	7 486	22,5	25,2	25,6	25,4	5,8	15	5,8	15
França	3 529	3 865	11,8	12,5	12,7	13,1	9,8	12	9,5	12
Alemanha	3 114	3 477	12,4	11,4	11,2	11,8	11,1	12	11,6	13
Reino Unido	1 853	1 850	5,3	6,6	6,7	6,3	10	0,1	-0,2	0,0
Países Baixos	1 103	1 128	4,1	4,0	4,0	3,8	8,9	0,3	2,3	0,1
Itália	1 016	1 204	3,7	3,5	3,7	4,1	13,2	0,5	18,5	0,7
Bélgica	669	729	3,1	2,3	2,4	2,5	6,9	0,2	9,0	0,2
Suécia	246	308	1,0	0,9	0,9	1,0	18,4	0,2	25,4	0,2
Roménia	172	207	0,6	0,7	0,6	0,7	15	0,0	20,3	0,1
Alargamento	1 057	1 369	3,2	3,9	3,8	4,6	18,9	0,7	29,5	1,1
Polónia	325	393	0,9	1,1	1,2	1,3	14,2	0,2	20,9	0,2
Extra UE	7 051	6 930	28,9	25,9	25,5	23,5	2,7	0,7	-1,7	-0,4
dos quais:										
EUA	1458	1472	4,1	5,2	5,3	5,0	3,7	0,2	0,9	0,0
Angola	875	740	6,6	3,2	3,2	2,5	-7,2	-0,2	-15,5	-0,5
Brasil	354	395	1,5	1,7	1,3	1,3	47,1	0,6	11,7	0,1
China	413	313	1,7	1,5	1,5	1,1	-8,3	-0,1	-25,1	-0,4
Marrocos	406	400	1,0	1,3	1,5	1,4	-7,7	-0,1	-1,7	0,0
Suíça	306	300	0,9	1,1	1,1	1,0	1,5	0,0	-2,0	0,0
Turquia	195	202	0,8	0,7	0,7	0,7	-6,2	0,0	3,9	0,0
Canadá	148	170	0,4	0,5	0,5	0,6	13,5	0,1	14,7	0,1
Argélia	132	142	0,9	0,5	0,5	0,5	-10,5	-0,1	7,0	0,0
México	132	140	0,4	0,5	0,5	0,5	9,7	0,0	6,2	0,0
Por memória:										
OPEP ^[4]	1279	1083	9,2	4,7	4,6	3,7	-11,5	-0,6	-15,3	-0,7
PALOP	1177	1022	8,0	4,3	4,3	3,5	-6,9	-0,3	-13,2	-0,6
EFTA	407	396	1,1	1,4	1,5	1,3	-0,3	0,0	-2,8	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2018.

[2] $(\text{Jul 17-jun 18})/(\text{Jul 16-jun 17}) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \times 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a junho de 2018, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 8,8% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações de “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,1 p.p.), “Energéticos” (1,7 p.p.) e “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,5 p.p.) para o crescimento das importações nos primeiros seis meses de 2018.

O comportamento das importações de “Aeronaves, embarcações e suas partes”, com um contributo negativo de 0,2 p.p. contrariou este aumento das importações.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76%).

Nos primeiros seis meses de 2018, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 9%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 cresceram, em termos homólogos, 8,9%. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 10,9%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 8,2%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (2,9% do total). Seguem-se a Rússia (1,7%) e os EUA (1,6%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-jun		12 meses ^[1]		jan-jun	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	34 153	37 151	100,0	100,0	100,0	100,0	9,6	9,6	8,8	8,8
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	5 153	5 332	15,5	15,3	15,1	14,4	5,0	0,8	3,5	0,5
Energéticos	3 854	4 450	20,8	11,6	11,3	12,0	15,6	18	15,5	17
Químicos	5 626	6 084	16,4	16,1	16,5	16,4	8,4	14	8,1	13
Madeira, cortiça e papel	1 086	1 193	3,1	3,2	3,2	3,2	9,4	0,3	9,8	0,3
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	2 060	2 140	5,6	6,1	6,0	5,8	4,1	0,3	3,9	0,2
Calçado, peles e couros	824	832	2,1	2,4	2,4	2,2	2,6	0,1	0,9	0,0
Minérios e metais	2 977	3 280	8,2	8,6	8,7	8,8	14,6	12	10,2	0,9
Máquinas e aparelhos e suas partes	5 706	6 410	14,8	17,2	16,7	17,3	11,2	19	12,3	2,1
Material de transp. terrestre e suas partes	4 359	4 868	7,8	12,3	12,8	13,1	12,6	15	11,7	15
Aeronaves, embarcações e suas partes	488	403	0,6	1,2	1,4	1,1	-7,8	-0,1	-17,5	-0,2
Produtos acabados diversos	2 019	2 159	5,1	6,0	5,9	5,8	7,4	0,5	6,9	0,4
Total sem energéticos	30 299	32 701	79,2	88,4	88,7	88,0	8,8	7,8	7,9	7,0
Mercados de origem										
Intra UE	25 916	28 242	71,5	76,2	75,9	76,0	9,0	6,9	9,0	6,8
dos quais:										
UE-15	24 664	26 854	68,8	72,6	72,2	72,3	8,8	6,5	8,9	6,4
Espanha	10 760	11 599	31,8	32,0	31,5	31,2	7,7	2,5	7,8	2,5
Alemanha	4 687	5 187	11,3	13,7	13,7	14,0	12,3	17	10,7	15
França	2 553	2 899	6,6	7,4	7,5	7,8	10,9	0,8	13,6	10
Itália	1 895	2 038	5,2	5,5	5,5	5,4	7,3	0,4	6,5	0,4
Países Baixos	1 778	1 940	4,8	5,4	5,2	5,2	13,6	0,7	9,1	0,5
Bélgica	942	1 042	2,5	2,8	2,8	2,8	8,9	0,2	10,6	0,3
Reino Unido	940	936	3,0	2,7	2,8	2,5	0,4	0,0	-0,4	0,0
Polónia	442	453	0,7	1,2	1,3	1,2	6,3	0,1	2,5	0,0
Suécia	358	387	1,0	0,9	1,0	1,0	-0,8	0,0	8,2	0,1
Alargamento	1 252	1 388	2,7	3,6	3,7	3,7	12,8	0,5	10,9	0,4
Extra UE	8 237	8 909	28,5	23,8	24,1	24,0	11,3	2,6	8,2	2,0
dos quais:										
China	982	1 091	2,5	3,0	2,9	2,9	12,9	0,4	11,2	0,3
Rússia	795	625	0,8	2,3	2,3	1,7	-10,3	-0,2	-21,3	-0,5
Brasil	608	528	2,4	1,8	1,8	1,4	10,5	0,2	-13,2	-0,2
EUA	555	610	1,7	1,4	1,6	1,6	5,9	0,1	9,8	0,2
Azerbaijão	311	399	0,9	1,0	0,9	1,1	45,1	0,4	28,4	0,3
Turquia	369	440	0,6	1,0	1,1	1,2	15,3	0,1	19,4	0,2
Índia	313	347	0,6	0,9	0,9	0,9	11,1	0,1	10,8	0,1
Arábia Saudita	347	322	1,0	0,9	1,0	0,9	-12,0	-0,1	-7,2	-0,1
Cazaquistão	229	439	1,3	0,7	0,7	1,2	104,8	0,6	91,5	0,6
Coreia do Sul	203	230	0,3	0,6	0,6	0,6	20,3	0,1	13,4	0,1
Guiné Equatorial	193	290	0,8	0,6	0,6	0,8	78,3	0,3	50,0	0,3
Colômbia	182	122	0,5	0,5	0,5	0,3	-13,9	-0,1	-32,8	-0,2
Singapura	185	27	0,0	0,5	0,5	0,1	-6,9	0,0	-85,3	-0,5
OPEP^[4]	934	1 268	9,5	2,7	2,7	3,4	4,9	0,2	35,8	1,0
EFTA	187	207	0,9	0,5	0,5	0,6	12,6	0,1	10,5	0,1
PALOP	131	448	3,2	0,5	0,4	1,2	3,0	0,0	241,0	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2018.

[2] $(\text{jul } 17 - \text{jun } 18) / (\text{jul } 16 - \text{jun } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributo para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

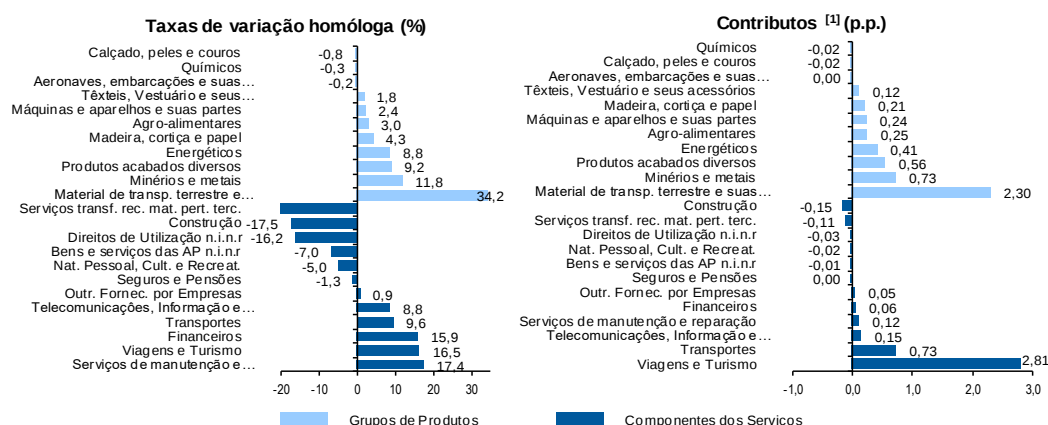
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de junho de 2018, nos primeiros seis meses de 2018, as exportações (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 7%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (4,6 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros seis meses de 2018, a componente dos Serviços representou 32,9% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,4 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,4% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (8,1%) em 0,8 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em junho de 2018, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (+2,30 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+0,73 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+2,81 p.p.) e Transportes (+0,73 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em junho de 2018



Fonte: Cálculo do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (8,4%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-jun		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-jun		média anual 12-17	12 meses ^[1]		jan-jun	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	40 446	43 292	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	8,4	8,4	7,0	7,0
Bens	27 183	29 041	68,8	64,1	67,2	67,1	4,0	7,4	4,8	6,8	4,6
Serviços	13 263	14 251	31,2	35,9	32,8	32,9	8,6	10,2	3,6	7,4	2,4
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	220	126	0,6	0,5	0,5	0,3	3,3	-20,8	-0,1	-42,9	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	274	309	0,6	0,7	0,7	0,7	8,1	17,4	0,1	12,8	0,1
Transportes	3 140	3 357	8,0	7,8	7,8	7,8	4,9	9,6	0,7	6,9	0,5
Viagens e Turismo	6 061	6 902	13,4	16,0	15,0	15,9	12,0	16,5	2,8	13,9	2,1
Construção	326	267	0,9	0,8	0,8	0,6	2,7	-17,5	-0,2	-18,1	-0,1
Seguros e Pensões	71	73	0,2	0,2	0,2	0,2	4,6	-13	0,0	1,7	0,0
Financiários	157	176	0,7	0,4	0,4	0,4	-4,4	15,9	0,1	12,1	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	91	70	0,1	0,2	0,2	0,2	27,8	-16,2	0,0	-22,5	-0,1
Telecom., Informação e Informática	681	772	1,5	1,7	1,7	1,8	8,8	8,8	0,2	13,5	0,2
Outr. Forneç. por Empresas	2 021	2 027	4,6	5,3	5,0	4,7	8,3	0,9	0,0	0,3	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	143	109	0,4	0,3	0,4	0,3	0,6	-5,0	0,0	-24,0	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	79	64	0,3	0,2	0,2	0,1	-8,0	-7,0	0,0	-18,9	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	39 861	43 107	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	9,2	9,2	8,1	8,1
Bens	32 693	35 614	83,5	81,9	82,0	82,6	4,3	9,8	8,0	8,9	7,3
Serviços	7 168	7 493	16,5	18,1	18,0	17,4	6,8	6,5	1,2	4,5	0,8
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	10	4	0,0	0,0	0,0	0,0	-12,0	-59,3	0,0	-62,7	0,0
Serv. de manutenção e reparação	231	194	0,4	0,5	0,6	0,4	14,3	-3,4	0,0	-16,2	-0,1
Transportes	1 709	1 846	4,7	4,5	4,3	4,3	3,7	11,8	0,5	8,1	0,3
Viagens e Turismo	2 108	2 265	4,6	5,3	5,3	5,3	7,8	8,6	0,5	7,4	0,4
Construção	50	61	0,2	0,1	0,1	0,1	2,5	22,5	0,0	22,3	0,0
Seguros e Pensões	200	204	0,4	0,5	0,5	0,5	6,8	3,0	0,0	2,2	0,0
Financiários	217	246	0,9	0,6	0,5	0,6	-5,9	6,2	0,0	13,4	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	388	359	0,6	0,9	1,0	0,8	14,3	-4,5	0,0	-7,5	-0,1
Telecom., Informação e Informática	494	481	1,2	1,1	1,2	1,1	4,6	-5,9	-0,1	-2,6	0,0
Outr. Forneç. por Empresas	1 603	1 642	2,7	4,1	4,0	3,8	14,1	6,2	0,3	2,4	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	108	119	0,7	0,3	0,3	0,3	-12,9	-3,1	0,0	10,0	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	50	72	0,1	0,2	0,1	0,2	11,3	29,3	0,0	44,7	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até junho de 2018.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Portuguese housing market developments

Ana Brás Monteiro¹

1. Introduction

In the aftermath of the financial crisis, recent discussions are occurring at European level within Member States, the ECB and the European Commission, focusing on the possible emerging risks, including housing prices increases. Nevertheless, this is also a topic of monitoring under the Macroeconomic Imbalances Procedure. Despite the fact that in the 2018 Country Report for Portugal, the European Commission considered that “the risks linked to renewed dynamism in the housing sector appeared to be contained currently”, it stated that “it would warrant closer monitoring if the current rapid pace of real house price growth is sustained over the medium term”.

With the aim to better understand what is happening on housing market in the last 20 years, this work focus on the developments related to households and explore both demand and supply side of the equation, exploring different sources to assess the possibility of a bubble.

2. Literature Review

Housing is a major component of wealth and economic theory argues that household's wealth is a key driver of aggregate consumption, thus making house prices' fluctuations a key driver of household's consumption decisions (Campbell et al., 2007). Simultaneously, not only most housing acquisitions and construction activities are financed through credit, as housing is an asset that can be used as collateral in a loan, thus making the banking sector of a country extremely exposed to developments in the housing market. Therefore, the real estate market is a crucial connection point between the financial system and the non-financial private sector (Banco de Portugal, 2018), which justifies the need to monitor this market thoroughly.

Determinants of housing demand include changes in household's disposable income, accumulation of net financial wealth, credit availability and average level of interest rates, features of the tax system (e.g. tax incentives for mortgage financing and home ownership, rent controls), demographics, tourism flows, etc. As to the supply side, credit availability also plays a great part, adding to the current cost of land and construction and investments in the improvement of the current housing stock (Lourenço and Rodrigues, 2017 and Nan Geng, 2018).

The housing market can roughly be divided into two sectors: residential and commercial housing. While risks in residential real estate markets are much better researched, the commercial part of the market is much less documented.

The surveillance of the housing market poses as an important tool, because this market is important for the understanding of not only economic fluctuations, but also the origin of financial crisis (Philipponnet and Turrini, 2017). In fact, experience indicates that housing prices when not sustainable and far from their long-term equilibrium levels are followed by adjustments that impact macroeconomic and financial stability (Nan Geng, 2018). Sudden and large developments in this market can introduce the need for large corrections, which, in turn, can lead to macro stability risks, being therefore a potential source of imbalances. This is a particularly complex process, since there are several channels of transmission of house prices to real economy, namely through household balance sheets, the financial sector, the construction sector, etc. (European Commission, 2017). This fact makes it extremely more difficult to closely monitor this market and guarantee stabilization in all fields.

¹ NovaSBE. Trabalho realizado no âmbito de um estágio de Verão no GPEARI. As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade da autora podendo não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são da responsabilidade da autora.

Booms and busts are nothing but long-term deviations from real estate price trends (Agnello and Schuknecht, 2011). Booms are generally accompanied by fast credit growth and increases in leverage. Then, when the bust comes, debt overhang and deleveraging spirals are a major threat for financial and macroeconomic stability (Crowe et al., 2013). Agnello and Schuknecht (2011) found that short-term interest rates, local and global money/credit and the incidence of mortgage market deregulation are some of the main factors that strongly affect the probability of experiencing booms and busts.

It has been noted that rapid price increases do not automatically imply the existence of a bubble. What determines it is whether expectation of large future price increases are sustaining the market, and whether these expectations are large enough to generate anxieties among potential homebuyers, and whether these expectations are reliable enough and if people have enough confidence on them to actually act. (Case and Shiller, 2003).

According to Case and Shiller (2003), the tendency to view housing as an investment is in the foundation of a housing bubble, that happens due to perspectives on future price increases, rather than for the actual need for or pleasure taken from actually occupying a home. ()

2.1. Portuguese Housing Developments

The currently improving of economic outlook together with favourable credit conditions, highly associated with low interest rates, are at the origin of some concern regarding house prices and its deviations from fundamentals.

House prices in many advanced economies have shown strong upward trends in their housing prices during recent decades (Geng, 2018). The same is being verified in most EU Member States, whose prices have recovered and corrected sharply as part of the financial crisis. Valuation gaps have strongly reduced in most Member States and house prices remain, in general, well below their pre-crisis peaks (European Commission, 2018). However, if these trends are sustained, such dynamics could lead to house price over-valuation. Recent developments require attention to the potential destabilization that great swings in house prices can cause and to the accelerating role the credit market can play (European Commission, 2017).

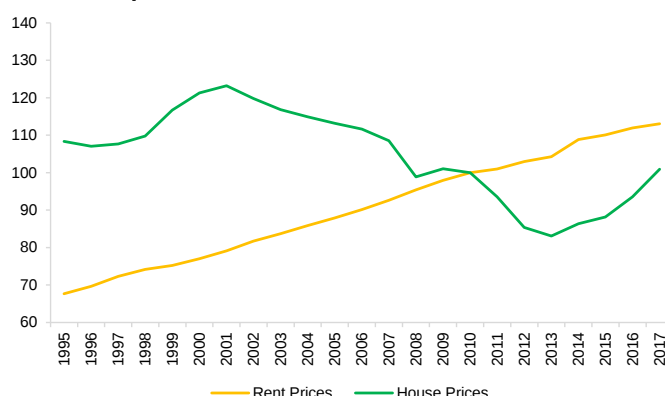
Mediterranean countries suffered quite late urbanization and industrialization processes, leading to an overall preference for home-ownership (Serra, 2002). In Portugal, residential housing is the biggest real asset of households, which in turn is mainly financed by credit. This explains the great exposition of the Portuguese banking sector to residential housing market developments (Banco de Portugal, 2018).

Portuguese housing prices' behaviour did not differ much from the one registered in its European peers. House prices have in fact been increasing lately, but are still registered below the pre-crisis levels. However, Lourenço and Rodrigues (2017) have observed that the probability of positive house price growth in Portugal is quite high, considering current projections of the Portuguese economy. Their results revealed that the Portuguese housing prices growth is mostly impacted by economic growth and interest rates, being the latter especially important in the period between 2011 and 2017, since they reached extremely low, when not negative, values.

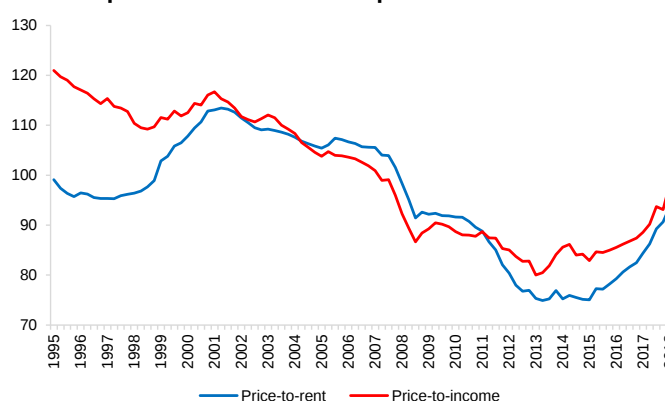
3. Descriptive Analysis

3.1. Housing Prices

Graph 1 – Rent Prices and Real House Prices



Graph 2 - Price-to-rent and price-to-income ratios



Source: OECD

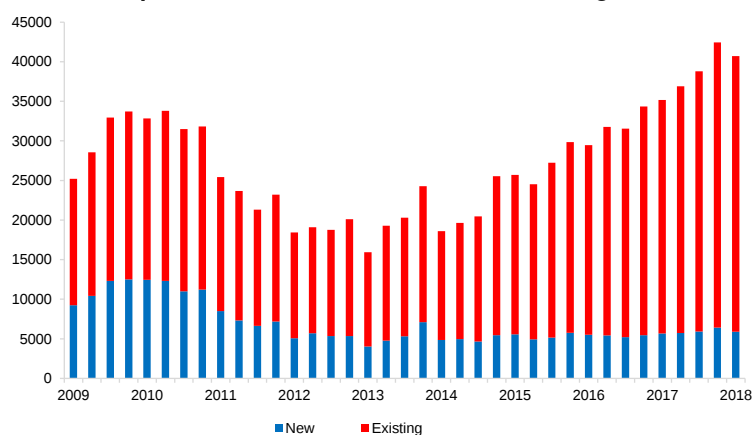
Looking for the last 20 years, we can see that in the period after the adoption of the euro, housing prices consistently declined until 2013, recovering in the last 4 years and standing at 100.9 in 2017, a value close to the one registered ten years ago, in the peak of the crisis. Rent prices, on the other hand, have been steadily increasing since 1995. Developments in the functioning of the rental market and the increasing accessibility to the latter, aligned with a preferences shift, are probably the reasons that made a part of the population choose rentals rather than home-ownership, pressuring the prices to go up. The price-to-rent ratio² has been steadily increasing but it has not reached the pre-crisis levels, which could indicate a preferences' shift from house ownership to rent. On the other hand, the price-to-income ratio³ has been decreasing since around 2001 but recently started to invert its trend, showing that households are now less comfortable with current housing prices, with a value similar to the registered in the peak of the crisis.

² Price-to-rent ratio translates in the relation between the actual price of a house and the annualized rents. This indicator enables us to understand how attractive home-ownership is in contrast with renting. At the same time, this indicator could be used as tool to investment in real state decisions.

³ Price-to-income is an indicator used to measure affordability.

3.2 Demand

Graph 3 - Number of transactions of housing units

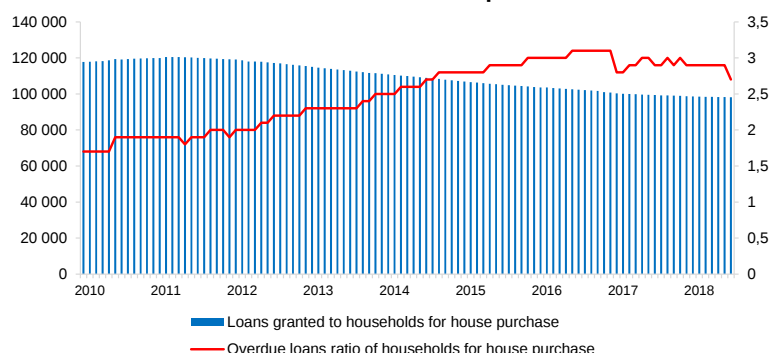


Source: Statistics Portugal.

The number of transactions of housing units (Graph 3) gives us an idea of how the demand for housing is evolving and thus assess how quickly the supply side is adjusting and the financial sector responding.

The absolute number of transactions has been, on average, increasing since around 2013, showing significantly higher values in 2018 than in 2009. The number of transactions of existing houses has remained relatively constant, which means that this strong increase in transactions is mostly related to already existing housing units.

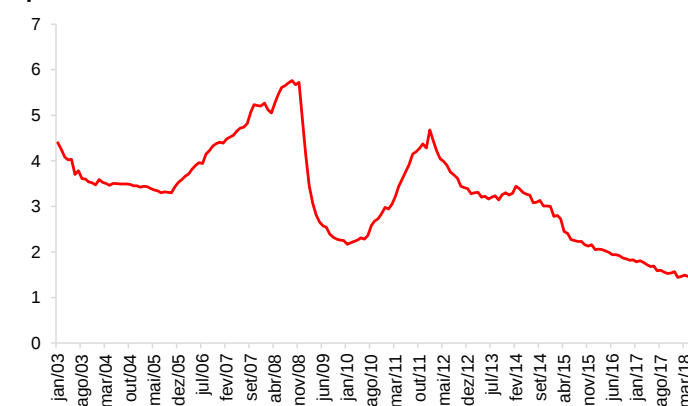
Graph 4 - Loans granted to households and overdue loans ratio of households for house purchase



Source: Bank of Portugal

As expected, the housing market relies a lot on the financial sector. Both supply and demand of housing depend a lot on credit conditions. With that in mind, it is very important to assess the availability of loans and credit for housing, and, at the same time, evaluate how stable is the financial sector – in this case, represented by the ratio of overdue loans.

As we can see in Graph 4, in Portugal, the absolute value of loans granted to household registered an overall negative trend since 2010, stabilizing around the value of M€ 98000 in between 2017 and 2018. The overdue loans ratio has been slowly increasing until 2017 but inverted its trend during 2018, showing positive signs regarding the financial sector stability.

Graph 5 - Interest Rates on new loans to MU households – housing

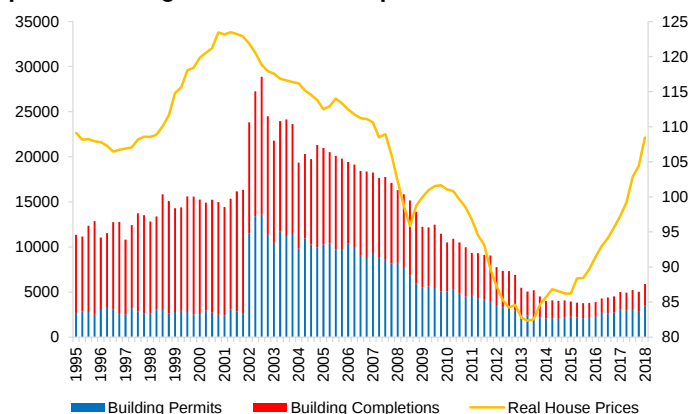
Source: Bank of Portugal

Low interest rates are expected to drive borrowing costs down and demand up, leading to subsequent increase in house prices. Recently, interest rates in Portugal have reached quite low values. This leads to the expectation that the amount of loans will eventually increase, which will foster price increases even more.

Right after the financial crisis, there was a steep decline in the interest rates for new housing loans, followed by a recovery to 2005 levels until 2012 (around 4%). Since then, interest rates steadily decreased, reaching the lowest value of the time span analysed in May of 2018 (1.41%).

3.3 Supply

How housing supply reacts to demand is one of the causes of price swings. In Portugal, there was a positive trend since 1995 and a sharp increase both in building permits and completions in 2002 (Graph 6). After that, supply kept on decreasing until recent years, stabilizing between 2014 and 2016 and registering a slow increase, reaching values similar to 2013 and historically low.

Graph 6 - Building Permits and Completions and Real House Prices

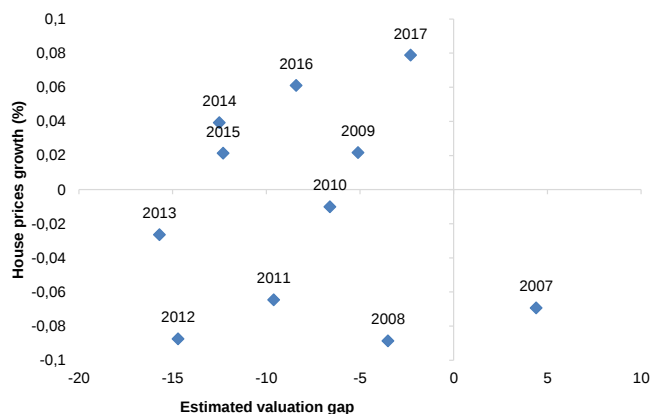
Source: Bank of Portugal and OECD

3.4. Valuation Estimates

This indicator is calculated based on the price-to-rent and price-to-income ratios and a statistical model for fundamental drivers of house prices. This allows for a more global analysis of the prices' behaviour and understanding of how far they are from what supply and demand justifies⁴.

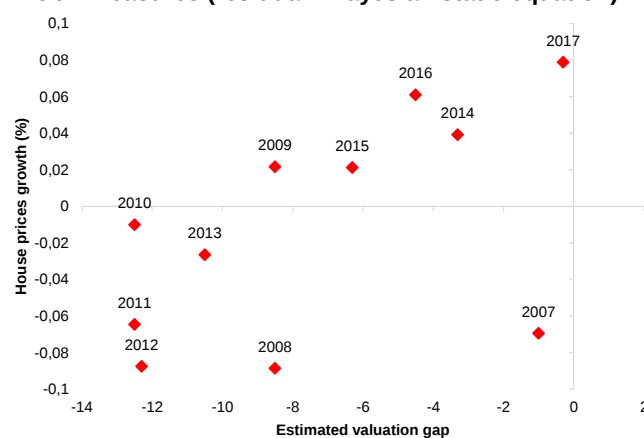
⁴ For more detailed information see Philipponnet & Turrini (2017).

Graph 7 - Estimates of the over/undervaluation of residential property prices: Average valuation measures



Source: ECB Statistical Data Warehouse

Graph 8 - Estimates of the over/undervaluation of residential property prices: Model-based valuation measures (residual - Bayesian static equation)



Source: ECB Statistical Data Warehouse

The last estimate, recorded in 2017, is fairly close to the value 0, according to both methods meaning that the market prices are close from being totally justified by their fundamentals. Despite the visible differences between the two methods, the pattern shown is rather similar.

According to the average valuation measure, Portugal has been registering undervalued values since 2009, with 2007 being the only year where there was overvaluation and the prices were being corrected downward. In the following year, there was undervaluation, which was still decreasing. The same happened until 2014, with exception of 2009. From 2014 onwards, housing prices in Portugal were considered to be undervalued, but recovering. In 2017, Portugal was still recovering from undervalued values, registering a positive growth of housing prices and a negative value of the valuation estimate.

Looking at the model-based valuation measure, the pattern is rather similar. In 2007, prices in Portugal were undervalued and still decreasing, having undervalued even more until 2013, with exception of 2009. After that, the paradigm changed and, even though prices were still undervalued, the positive house price growth has been responsible for their recovery. In 2017, valuation gap is getting closer to 0, showing that exact recovery.

4. Conclusion

In the European context, the improving economic outlook aligned with low interest rates has made some concern arise regarding the stability of the housing market.

The Portuguese case poses different types of signals, some more alarming than others. We can see a general price increase and favourable interest rates, along with increasing number of transactions, and the same is verified in the price-to-income and price-to-rent ratios. On the other hand, supply is not keeping up

at the same pace, and the number of loans still has not showed the effects of this increasing demand and low interest rates.

The overall valuation gaps calculated by the European Central Bank do not show any overvaluation in the Portuguese housing market. This may change given the increasing trends shown in some of the indicators analysed above.

5. References

- Agnello, L., & Schuknecht, L. (2011). Booms and busts in housing markets: Determinants and implications. *Journal of Housing Economics*, 20(3), 171-190.
- Banco de Portugal (2018). Relatório de Estabilidade Financeira: Junho 2018, 45-62
- Campbell, J. Y., & Cocco, J. F. (2007). How do house prices affect consumption? Evidence from micro data. *Journal of monetary Economics*, 54(3), 591-621.
- Case, K. E., & Shiller, R. J. (2003). Is there a bubble in the housing market?. *Brookings papers on economic activity*, 2003(2), 299-342.
- Crowe, C., Dell'Ariccia, G., Igan, D., & Rabanal, P. (2013). How to deal with real estate booms: Lessons from country experiences. *Journal of Financial Stability*, 9(3), 300-319.
- European Commission (2017). European Semester Thematic Factsheet – Housing Market Developments
- Geng, N. (2018). *Fundamental Drivers of House Prices in Advanced Economies*. IMF Working Paper, Forthcoming.
- Lourenço, R. F., & Rodrigues, P. M. (2017). House prices in Portugal-what happened since the crisis?.
- Philipponnet, N., & Turrini, A. (2017). *Assessing house price developments in the EU* (No. 048). Directorate General Economic and Financial Affairs (DG ECFIN), European Commission.
- Serra, N. (2002), Estado, Território e Estratégias de Habitação, Quarteto: Coimbra.

Comércio internacional de mercadorias Portugal-Moçambique, 2013 - 2017

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

Entre outras organizações, Moçambique é um dos quinze membros da **SADC** (*Southern Africa Development Community – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral*), organização criada em 1992 que tem entre os seus principais objetivos aprofundar a cooperação económica entre os seus membros, com base no equilíbrio, igualdade e benefícios mútuos, proporcionando um livre movimento dos fatores de produção através das fronteiras nacionais e estimular o comércio de produtos e serviços entre os países membros.



De acordo com cálculos efetuados pelo “*International Trade Centre*” (ITC), baseados em estatísticas do Instituto Nacional de Estatística se Moçambique, em 2017 a SADC foi o destino de 21,3% das exportações totais de mercadorias moçambicanas, cabendo 86,1% destes fornecimentos à África do Sul. Por sua vez, 31,3% das importações realizadas por Moçambique no mesmo ano tiveram origem no espaço da SADC, cabendo 91,4% deste montante à África do Sul.

Moçambique foi também, em 1996, um dos fundadores da **CPLP** (*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*), que tem entre os seus objetivos, no âmbito da cooperação em todos os domínios, o desenvolvimento de parcerias estratégicas e o levantamento de obstáculos ao desenvolvimento do comércio internacional de bens e serviços entre os seus atuais nove membros.

De acordo com a mesma fonte, em 2017 as exportações moçambicanas de mercadorias para o conjunto dos seus parceiros na CPLP representaram apenas 0,5% do total, cabendo 81,3% destes fornecimentos a Portugal. Na vertente das importações, a CPLP foi a origem de 4,8% das mercadorias importadas por Moçambique, cabendo 87,3% desse montante a Portugal e 12% ao Brasil.

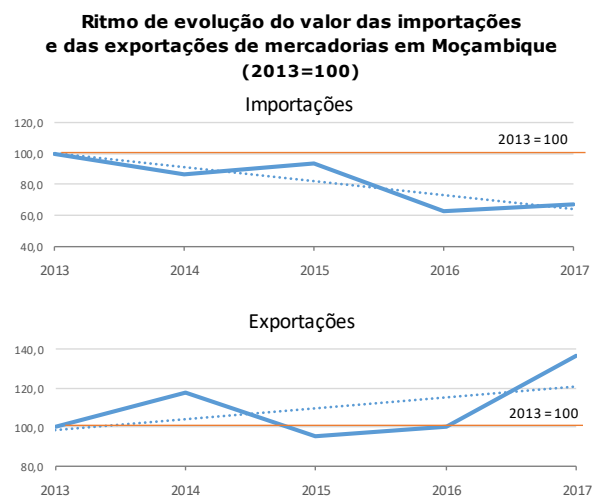
Neste trabalho encontra-se reunido um breve conjunto de dados sobre o comércio externo de Moçambique, para o que, não se encontrando disponíveis dados do Anuário Estatístico do INE de Moçambique para 2017, se utilizaram dados publicados pelo *International Trade Centre* (ITC).

Analisa-se também aqui, com algum detalhe, a evolução das importações e das exportações de mercadorias entre Portugal e Moçambique ao longo dos últimos cinco anos (2013 a 2017), com base em dados estatísticos divulgados pelo *Instituto Nacional de Estatística de Portugal* (INE).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

2. Alguns dados sobre o comércio externo de Moçambique

O ritmo de evolução em valor das importações de mercadorias em Moçambique foi tendencialmente decrescente entre 2013 e 2017, sendo tendencialmente crescente o ritmo das exportações no mesmo período.

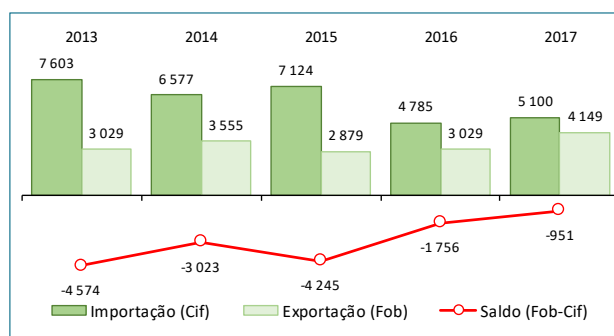


Fonte: A partir de dados de base do International Trade Centre (ITC): 2013 a 2016 - cálculos do ITC a partir de estatísticas COMTRADE da ONU; 2017 - ITC a partir do INE-Moç.

De acordo com os dados disponíveis, a Balança Comercial de mercadorias (fob-cif) do país foi deficitária, tendo-se assistido, a partir de 2015, a uma descida das importações e a um aumento das exportações, com consequente redução do défice, de -4,2 mil milhões de euros, em 2015, para 951 milhões, em 2017, e o grau de cobertura das importações pelas exportações a subir de 40,4% para 81,4%.

Balança Comercial de Moçambique face ao Mundo (2013 a 2017)

	milhões de Euros				
	2013	2014	2015	2016	2017
Importação (Cif)	7 603	6 577	7 124	4 785	5 100
TVH	-	-13,5	8,3	-32,8	6,6
Exportação (Fob)	3 029	3 555	2 879	3 029	4 149
TVH	-	17,3	-19,0	5,2	37,0
Saldo (Fob-Cif)	-4 574	-3 023	-4 245	-1 756	-951
TVH	-	-33,9	40,4	-58,6	-45,8
Cobertura (Fob/Cif) (%)	39,8	54,0	40,4	63,3	81,4



Fonte: A partir de dados de base do International Trade Centre (ITC): 2013 a 2016 - cálculos do ITC a partir de estatísticas COMTRADE da ONU; 2017 - ITC a partir do INE-Moç.

Em 2017, de acordo com os dados disponíveis, Portugal terá ocupado a 7.^a posição entre os principais fornecedores de mercadorias a Moçambique (4,2% do total, com 5,8% em 2016), cabendo o primeiro lugar à África do Sul (28,6%), seguida dos Emiratos Árabes Unidos (9,4%), da China (8,6%), dos Países Baixos (8,5%) e da Índia (8,2%).

No mesmo ano, os principais destinos das exportações moçambicanas foram a Índia (34,6%), a África do Sul (18,3%), os Países Baixos (10,1%), a Itália (5,8%) e a China (5,4%).

Portugal terá ocupado aqui a 20.^a posição, com 0,4% do total e 1% no ano anterior.

**Principais mercados de origem e de destino
do comércio externo de Moçambique
- 2016 e 2017 -**

IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
Países	Peso no Total (%)		Países	Peso no Total (%)	
	2016	2017		2016	2017
Mundo	100,0	100,0	Mundo	100,0	100,0
África do Sul	30,0	28,6	1 Índia	20,2	34,6
Emiratos	7,2	9,4	2 África do Sul	21,0	18,3
China	7,9	8,6	3 P.Baixos	20,9	10,1
P.Baixos	2,4	8,5	4 Itália	1,3	5,8
Índia	6,1	8,2	5 China	4,3	5,4
França	1,2	4,4	6 R.Unido	1,8	4,5
Portugal	5,8	4,2	7 Singapura	4,2	2,9
Tailândia	1,7	2,3	8 Bélgica	1,4	1,9
Japão	2,0	2,2	9 Hong-Kong	1,8	1,8
Singapura	8,1	2,0	10 Espanha	2,0	1,7
EUA	2,3	1,9	11 Zimbábue	1,3	1,2
Vietname	1,2	1,4	12 Emiratos	0,6	1,2
Alemanha	2,7	1,2	13 EUA	2,9	1,1
Itália	0,8	1,1	14 Polónia	0,8	0,7
Paquistão	1,1	1,0	15 Turquia	1,0	0,6
Namíbia	0,7	0,9	16 França	1,1	0,5
Panamá	1,2	0,9	17 Eslovénia	0,0	0,5
Arábia Saud.	0,2	0,8	18 Suíça	0,5	0,5
Suazilândia	0,9	0,8	19 Malawi	0,5	0,4
Argentina	0,6	0,7	20 Portugal	1,0	0,4
Malásia	0,7	0,7	21 Japão	0,9	0,4
Rússia	0,6	0,7	22 Bulgária	0,0	0,3
R.Unido	2,1	0,6	23 Vietname	0,3	0,3
Maurícias	0,5	0,6	24 Quênia	0,2	0,3
Brasil	0,6	0,6	25 Zâmbia	1,5	0,3
Bélgica	0,8	0,6	26 Botswana	0,7	0,2
Espanha	0,6	0,5	27 Maurícias	0,3	0,2
Polónia	0,1	0,5	28 Tanzânia	0,2	0,2
Canadá	0,4	0,4	29 Tailândia	0,5	0,2
Turquia	0,4	0,4	30 Austrália	0,0	0,2
Total >>	90,8	94,7	Total >>	92,1	95,9

*Fonte: A partir de dados de base do International Trade Centre (ITC): 2013 a 2016 -
cálculos do ITC a partir de estatísticas COMTRADE da ONU; 2017 -ITC a partir do INE-Moç.*

Na análise da evolução do comércio externo de Moçambique por Grupos de Produtos (ver tabela anexa com o conteúdo dos grupos com base nos capítulos do Sistema Harmonizado - Anexo), encontra-se calculado, para 2017, o contributo de Portugal em cada um dos grupos, de acordo com os dados constantes, para Moçambique, na base de dados ITC.

De sublinhar que há um desfasamento considerável entre os valores atribuídos às trocas de Moçambique com Portugal na base de dados ITC e os correspondentes dados de fonte INE.

De acordo com os dados disponíveis, nas Importações destacou-se, em 2017, o grupo “Energéticos” (22,4% do total), tendo Portugal contribuído com uma quota de 0,2% para o fornecimento destes produtos.

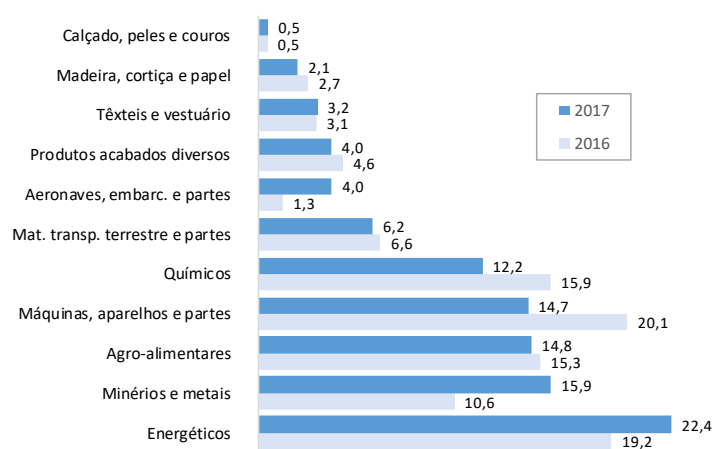
**Importações de mercadorias em Moçambique com origem no Mundo
por Grupos de Produtos entre 2013 a 2017**
- Peso de Portugal em 2017 -

milhões de Euros

Grupos de produtos	2013	2014	2015	2016	2017	% PT (1)
TOTAL	7 603	6 577	7 124	4 785	5 100	4,2
A - Agro-alimentares	823	841	865	733	757	3,3
B - Energéticos	2 236	1 283	925	919	1 145	0,2
C - Químicos	583	667	848	761	621	5,7
D - Madeira, cortiça e papel	124	147	169	129	109	20,3
E - Têxteis e vestuário	146	177	184	150	163	2,8
F - Calçado, peles e couros	28	30	35	23	26	3,9
G - Minérios e metais	881	1 026	1 082	509	811	4,0
H - Máquinas, aparelhos e partes	1 085	1 378	1 407	960	747	8,0
I - Mat. transp. terrestre e partes	680	724	780	317	316	1,5
J - Aeronaves, embarc. e partes	13	13	518	63	203	0,0
K - Produtos acabados diversos	1 006	291	310	219	202	13,4

(1) Peso de Portugal nas importações moçambicanas por grupos de produtos em 2017, de acordo com a base de dados do ITC.

Peso dos Grupos de Produtos no Total em 2016 e 2017 (%)



Fonte: A partir de dados de base do International Trade Centre (ITC): 2013 a 2016 - cálculos do ITC a partir de estatísticas COMTRADE da ONU; 2017 - ITC a partir do INE-Moç.

Seguiram-se, por ordem decrescente do seu peso no total, os grupos:

- **“Minérios e metais”** (15,9% e quota de 4%), principalmente alumínio em formas brutas, cimentos hidráulicos, construções em ferro ou aço, elementos para via-férrea, barras, laminados, perfis, parafusos, porcas e rebites, de ferro ou aço, e minérios de ferro;
- **“Agroalimentares”** (14,8% e quota de 3,3%), com destaque para o arroz, trigo e mistura com centeio, milho, peixe congelado, óleos de palma, de soja, de girassol, de cártamo ou de algodão, cerveja, sumos, malte, leite e seus produtos derivados, preparações alimentícias, cebolas, batatas, tabaco, miudezas de aves, bagaço de soja, farinhas, álcool e vinhos, entre outros;
- **“Máquinas, aparelhos e partes”** (14,7% e quota de 8%), muito diversificadas, com destaque para os aparelhos telefónicos e de telecomunicações, máquinas de obras públicas, como *bulldozers*, niveladoras, escavadoras e cilindros, fios e cabos elétricos, máquinas para preparar alimentos ou bebidas, bombas para líquidos, máquinas para trabalhar pedra ou minérios, máquinas automáticas para processamento de dados, centrifugadores e aparelhos para filtrar líquidos ou gases, transformadores, motores, interruptores e seccionadores elétricos, recetores de TV, torneiras e válvulas, aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores e congeladores, acumuladores e quadros elétricos, entre muitos outros produtos;
- **“Químicos”** (12,2% e quota de 5,7%), principalmente medicamentos, pneus, reagentes de diagnóstico e laboratório, misturas de substâncias odoríferas, sangue, embalagens, rolas e cápsulas de plástico, adubos, produtos de limpeza, inseticidas, fluoretos e polímeros de etileno em formas primárias, tubos, juntas, uniões e cotovelos de plástico, poliésteres, aglutinantes para moldes, sabões, correias transportadoras de borracha vulcanizada, etc.;

- **“Material de transporte terrestre e partes”** (6,2% e quota de 1,5%), designadamente veículos automóveis de mercadorias e de passageiros, tratores, suas partes e acessórios, reboques, e partes de veículos e material para via-férrea;
- **“Aeronaves, embarcações e partes”** (4% e quota nula de Portugal), principalmente embarcações e partes de veículos aéreos;
- **“Produtos acabados diversos”** (4% e quota de 13,4%), principalmente mobiliário, garrafas e embalagens de vidro, instrumentos médicos, construções pré-fabricadas, contadores de gases, de líquidos e de eletricidade, ladrilhos, aparelhos para medição de caudais e pressão de fluidos, candeeiros e outros aparelhos de iluminação, aparelhos para análises físicas e químicas, tijolos de cerâmica, pensos e tampões higiénicos, lavatórios, banheiras e outra louça sanitária em cerâmica, jogos de salão, obras de cimento e cantaria, aparelhos de medida e controlo, objetos de vidro, vidro em chapa incluindo de segurança, louça, equipamento de desporto, osciloscópios e aparelhos de medida e radiação, entre muitos outros;
- **“Têxteis e vestuário”** (3,2% e quota de 2,8%), com destaque para os artefactos têxteis usados, tecidos, fios e fibras para fiação, sacos para embalagem, cordéis, cordas e cabos, T-shirts, encaixados, moldes e vestuário diverso;
- **“Madeira, cortiça e papel”** (2,1% e quota de 20,3%), como livros e impressos, caixas, sacos e embalagens de papel e cartão, papel higiénico, papel e cartão em rolos ou folhas, obras de carpintaria para construções, madeira serrada e em bruto, etiquetas, papel e cartão *kraft*, caixotes, caixas, grades e paletes em madeira;
- **“Calçado, peles e couros”** (0,5% do total com uma quota de 3,9% para Portugal), com predomínio do calçado com a parte superior em couro ou em borracha ou plástico, com valores da mesma ordem de grandeza, malas, pastas, estojos e carteiras, calçado com a parte superior em matérias têxteis e outro.
- Na vertente das **Exportações** destacou-se, em 2017, o grupo **“Energéticos”** (51,8% do total e quota nula para Portugal), principalmente coque de hulha, linhite e turfa, seguidos do gás de petróleo, energia elétrica e hulhas;

Seguiram-se, por ordem decrescente do seu peso na estrutura, os grupos:

- **“Minérios e metais”** (33% do total e quota nula para Portugal), com predomínio do alumínio em formas brutas, barras, perfis ou fios, minérios de titânio e seus concentrados, pedras preciosas e semipreciosas, excluindo diamantes;
- **“Agroalimentares”** (10,2% e uma quota de 3,4% para Portugal), principalmente tabaco não manufaturado, cocos, caju e outros frutos de casca rija, bananas, crustáceos, açúcar de cana, legumes de vagem frescos, refrigerados ou em grão, óleos de girassol, cártamo, algodão e outras oleaginosas;
- **“Madeira, cortiça e papel”** (2,5% e quota nula para Portugal), como selos com curso no país de destino, madeira serrada e outra;
- **“Aeronaves, embarcações e partes”** (2,9% do total e quota nula para Portugal), essencialmente veículos aéreos e suas partes;
- **“Máquinas, aparelhos e partes”** (0,6% do total e quota de 1,2% para Portugal), muito diversificadas, com predomínio das máquinas de obras públicas, como *bulldozers*, niveladoras e escavadoras, partes de macacos, guindastes, empilhadores e semelhantes, máquinas para trabalhar terras, pedra ou minérios, e veios de transmissão, entre outras;
- **“Têxteis e vestuário”** (0,5% do total e quota de 3,6% para Portugal), principalmente algodão cardado/penteado ou não, fios de algodão, perucas, camiseiros e blusas para senhora, entre outros;

Os restantes grupos de produtos registaram pesos em relação ao total das exportações inferiores 0,5%.

- **“Material de transporte terrestre e partes”** (0,3% e quota de 1,3%);
- **“Químicos”** (0,2% e quota de 0,4%);
- **“Produtos acabados diversos”** (0,1% e quota de 9,3%);
- **“Calçado, peles e couros”** (peso praticamente nulo com uma quota de 2% para Portugal).

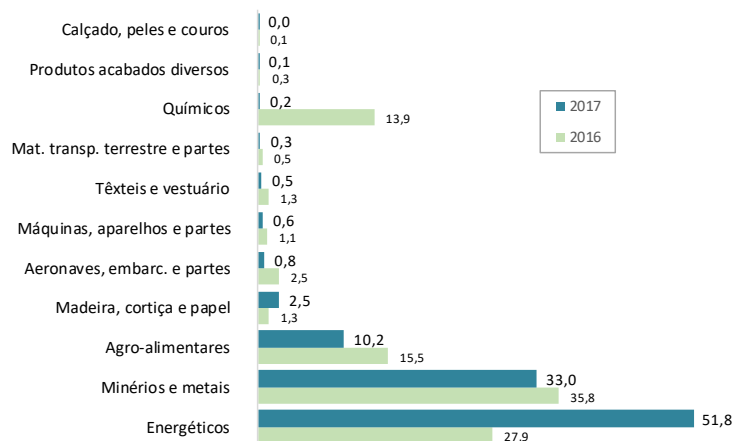
**Exportações de mercadorias de Moçambique com destino ao Mundo
por Grupos de Produtos entre 2013 a 2017
- Peso de Portugal em 2017 -**

milhões de Euros

Grupos de produtos	2013	2014	2015	2016	2017	% PT (1)
TOTAL	3 029	3 555	2 879	3 029	4 149	0,4
A - Agro-alimentares	507	536	577	470	424	3,4
B - Energéticos	1 014	1 068	875	844	2 148	0,0
C - Químicos	52	362	16	420	10	0,4
D - Madeira, cortiça e papel	43	97	47	39	103	0,0
E - Têxteis e vestuário	93	86	54	38	19	3,6
F - Calçado, peles e couros	1	2	2	2	2	2,0
G - Minérios e metais	979	1 310	1 213	1 083	1 370	0,0
H - Máquinas, aparelhos e partes	81	38	43	33	24	1,2
I - Mat. transp. terrestre e partes	28	8	12	15	13	1,3
J - Aeronaves, embarc. e partes	182	32	23	75	32	2,9
K - Produtos acabados diversos	51	15	18	9	4	9,3

*(1) Peso de Portugal nas exportações moçambicanas por grupos de produtos em 2017,
de acordo com a base de dados do ITC.*

Peso dos Grupos de Produtos no Total em 2016 e 2017 (%)

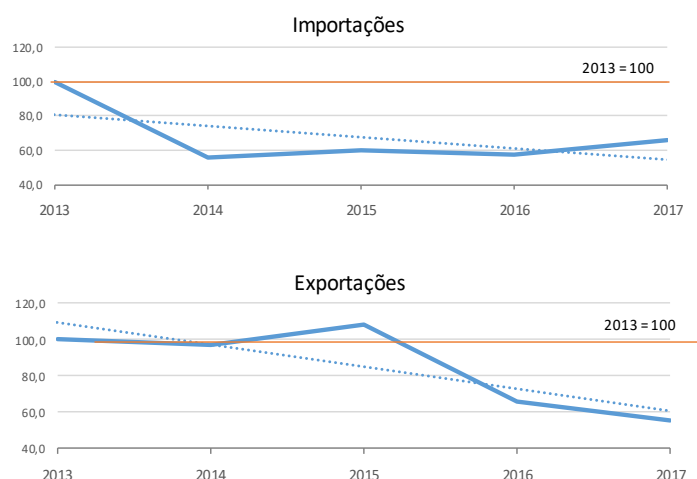


*Fonte: A partir de dados de base do International Trade Centre (ITC): 2013 a 2016 -
cálculos do ITC a partir de estatísticas COMTRADE da ONU; 2017 -ITC a partir do INE-Moç.*

3. Comércio de mercadorias Portugal-Moçambique (2013-2017)

As importações anuais de Portugal com origem em Moçambique, após uma descida acentuada em 2014, mantiveram-se num patamar praticamente constante de 2014 a 2016, tendo registado em 2017 algum crescimento, mas atingindo um nível muito inferior ainda ao que detinham em 2013.

**Ritmo de evolução do valor das importações e das exportações
entre Portugal e Moçambique de 2013 a 2017
(2013=100)**



*Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística de Portugal;
2013 a 2016 definitivos e 2017 preliminares, com última actualização em 10-05-2018
(<http://www.ine.pt>)*

Por sua vez as exportações, que em 2015 haviam registado um aumento face aos dois anos anteriores, decaíram significativamente em 2016 e 2017.

3.1. Balança Comercial

A Balança Comercial de mercadorias de Portugal com Moçambique é amplamente favorável a Portugal.

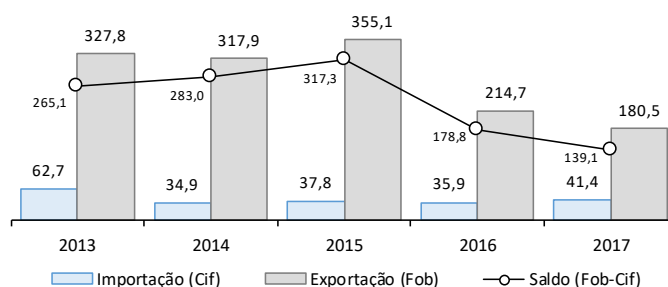
Ao longo dos últimos cinco anos o maior saldo ocorreu em 2015, com +317,3 milhões de euros, seguido de uma acentuada quebra no ano seguinte (-43,6%), que prosseguiu em 2017 (-22,2%), situando-se então em +139,1 milhões de euros.

Este resultado ficou a dever-se principalmente ao comportamento das exportações que, tendo acusado uma quebra de -39,5% em 2016, registaram uma nova descida de -15,9% em 2017.

Dado o significativo desfasamento entre o valor das importações e das exportações de mercadorias, o grau de cobertura das primeiras pelas segundas é muito elevado.

**Balança Comercial Portugal- Moçambique
(2013-2017)**

	milhões de Euros				
	2013	2014	2015	2016	2017
Importação (Cif)	62,7	34,9	37,8	35,9	41,4
TVH	-	-44,3	8,2	-5,0	15,4
Exportação (Fob)	327,8	317,9	355,1	214,7	180,5
TVH	-	-3,0	11,7	-39,5	-15,9
Saldo (Fob-Cif)	265,1	283,0	317,3	178,8	139,1
TVH	-	6,8	12,1	-43,6	-22,2
Cobertura (Fob/Cif) (%)	522,6	910,6	939,8	598,5	436,1



*Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE - 2013 a 2016 definitivos;
2017 preliminares, com última actualização em 10-05-2018 (<http://www.ine.pt>)*

3.2. Importações por grupos de produtos

Ao longo dos últimos cinco anos, as importações portuguesas de mercadorias com origem em Moçambique incidiram em sua grande parte no grupo de produtos “Agroalimentares”, que representou 95,7% do total em 2017 (90,5% no ano anterior), com destaque para o peixe, crustáceos e moluscos, açúcar, frutos e tabaco.

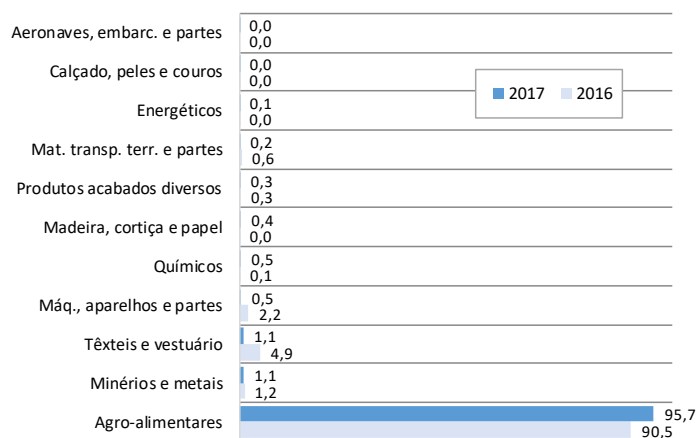
Em 2017 verificou-se um acréscimo nas importações de +15,4% (+5,5 milhões de euros), que ficou a dever-se a um substancial aumento verificado no grupo “Agroalimentares” (+7,2 milhões de euros), que incidiu principalmente em crustáceos (+9,3 milhões de euros) e castanha de caju (+670 mil euros), sendo de referir aqui uma quebra significativa nas importações de açúcar de cana (-1,9 milhões de euros).

Entre os restantes principais grupos de produtos verificaram-se decréscimos nos grupos “Têxteis e vestuário” (-1,3 milhões de euros), “Máquinas, aparelhos e partes” (-591 mil euros) e “Material de transporte terrestre e partes” (-128 mil euros) e acréscimos nos grupos “Madeira, cortiça e papel” (+73 mil euros), “Químicos” (+134 mil euros), “Minérios e metais” (+23 mil euros) e “Produtos acabados diversos” (+9 mil euros).

**Importações de mercadorias com origem em Moçambique
por Grupos de Produtos**
(2013-2017)

milhares de Euros					
Grupos de produtos	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL	62 721	34 911	37 782	35 878	41 394
t.v.h.	-	-44,3	8,2	-5,0	15,4
A- Agro-alimentares	59 369	34 021	35 227	32 458	39 631
B- Energéticos	1	0	1	1	22
C- Químicos	40	21	41	53	187
D- Madeira, cortiça e papel	10	21	5	13	186
E- Têxteis e vestuário	1 545	445	2 165	1 757	442
F- Calçado, peles e couros	2	4	9	6	19
G- Minérios e metais	1 031	11	53	443	465
H- Máq., aparelhos e partes	635	118	120	796	205
I- Mat. transp. terr. e partes	2	2	2	228	101
J- Aeronaves, embarc. e partes	2	153	77	0	3
K- Produtos acabados diversos	84	114	82	124	133

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)
(2016 e 2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE - 2013 a 2016 definitivos; 2017 preliminares, com última actualização em 10-05-2018 (<http://www.ine.pt>).

3.3. Exportações por grupos de produtos

As exportações portuguesas para Moçambique registaram em 2016 uma descida de -39,5% (-140,3 milhões de euros) face ao ano anterior, a que se seguiu uma nova quebra em 2017 de -15,9% (-34,2 milhões).

Em 2017 verificaram-se quebras em sete dos onze grupos de produtos considerados, tendo as mais significativas incidido nos grupos “Máquinas, aparelhos e partes” (-21 milhões de euros), “Minérios e metais”

(-7,3 milhões), e “Produtos acabados diversos” (-6,5 milhões). Seguiram-se a de “Material de transporte terrestre e partes” (-447 mil euros) e “Agroalimentares” (-430 mil euros).

Por sua vez, verificaram-se crescimentos nas exportações de “Químicos” (+3,9 milhões de euros), “Têxteis e vestuário” (+442 mil euros), “Madeira, cortiça e papel” (+70 mil) e “Aeronaves, embarcações e partes” (+20 mil euros).

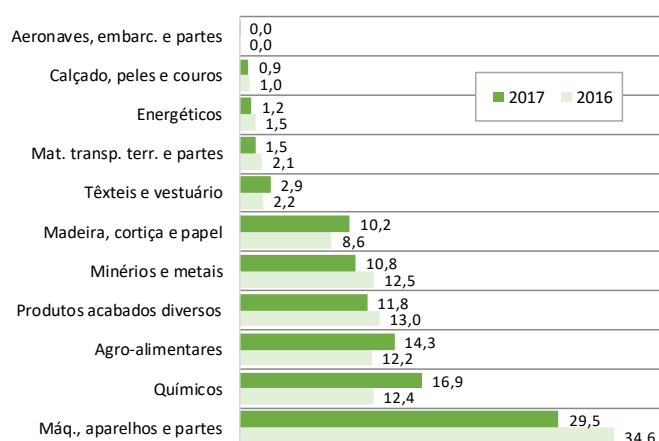
Exportações de mercadorias com destino a Moçambique por Grupos de Produtos

(2013-2017)

milhares de Euros					
Grupos de produtos	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL	327 778	317 908	355 081	214 714	180 528
t.v.h.	-	-3,0	11,7	-39,5	-15,9
A - Agro-alimentares	35 157	36 705	34 987	26 299	25 869
B - Energéticos	2 207	3 370	18 726	3 140	2 107
C - Químicos	34 465	39 203	41 810	26 582	30 446
D - Madeira, cortiça e papel	19 728	19 602	22 270	18 418	18 487
E - Têxteis e vestuário	7 546	7 740	7 716	4 755	5 197
F - Calçado, peles e couros	3 011	3 874	5 756	2 052	1 605
G - Minérios e metais	41 976	44 526	48 823	26 787	19 474
H - Máq., aparelhos e partes	121 262	108 303	126 620	74 266	53 280
I - Mat. transp. terr. e partes	25 997	16 866	7 797	4 529	2 644
J - Aeronaves, embarc. e partes	2 230	319	211	47	66
K - Produtos acabados diversos	34 201	37 398	40 365	27 840	21 352

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(2016 e 2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE - 2013 a 2016 definitivos;
2017 preliminares, com última actualização em 10-05-2018 (<http://www.ine.pt>).

Em 2017, no grupo com maior peso no total, “Máquinas, aparelhos e partes”, que representou 29,5% das exportações com este destino (34,6% em 2016), predominaram as exportações de transformadores e conversores elétricos, fios e cabos, telefones e aparelhos de telecomunicações, quadros para distribuição de energia, interruptores e seccionadores, refrigeradores e congeladores, aparelhos de ar condicionado, máquinas automáticas para processamento de dados, torneiras e válvulas, motores e geradores, bombas para líquidos e ar, recetores de TV, máquinas agrícolas, máquinas e aparelhos de elevação e aparelhos de sinalização.

Seguiu-se o grupo “Químicos” (16,9% e 12,4% em 2016)), com destaque para os reagentes de diagnóstico e laboratório, medicamentos, preparações e artigos de utilização farmacêutica, produtos de lavagem e limpeza e uma gama diversificada de produtos de plástico, como embalagens, rolas, cápsulas, tubos, juntas, uniões e cotovelos, entre outros produtos das indústrias químicas.

As exportações do grupo “Agroalimentares” (14,3% e 12,2% em 2016) incidiram em sua grande parte nas conservas de peixe, azeite, vinhos, cerveja, peixe congelado, farinhas, enchidos, margarina, café, sumos de frutas e de produtos hortícolas, preparações alimentícias diversas, frutas, queijo, produtos hortícolas, produtos de padaria e pastelaria, massas alimentícias, preparações de carnes que não enchidos, chocolate e preparações com cacau, produtos à base de cereais e carne de suíno, entre outros.

No grupo “Produtos acabados diversos” (11,8% e 13% em 2016), muito diversificados, salientou-se o mobiliário, incluindo o mobiliário médico, os ladrilhos cerâmicos, os candeeiros, assentos mesmo transformáveis em cama, aparelhos para análises físicas ou químicas, instrumentos de medicina, cirurgia e veterinária, pedra de cantaria e de construção, lavatórios, banheiras e outra louça sanitária em cerâmica, vidros isolantes e de segurança, vassouras, escovas e pincéis e obras de gesso, cimento ou pedra artificial.

Nas exportações do grupo “Minérios e metais” (10,8% e 12,5% em 2016) destacaram-se as construções em ferro ou aço, barras, perfis e outras obras de alumínio, construções em alumínio e todo um conjunto diversificado de produtos de ferro ou aço, como ferragens e guarnições, recipientes para gases comprimidos ou liquefeitos, cadeados e fechaduras, tubos e perfis, palha-de-aço e esfregões, reservatórios exceto para gases, parafusos, porcas, rebites e outros, acessórios para tubos, ferramentas manuais, artefactos para higiene ou toucador, telas, redes e chapas, cordas e cabos.

No grupo “Madeira, cortiça e papel” (10,2% e 8,6% em 2016) evidenciaram-se as exportações de livros e outros produtos das indústrias gráficas, de caixas, sacos e embalagens de papel ou cartão, de jornais e publicações periódicas, de obras de carpintaria para construções e de papel higiénico, lenços, fraldas e pensos.

Os restantes cinco grupos de produtos representaram, no seu conjunto, apenas cerca de 6,5% do total (6,8% em 2016): “Têxteis e vestuário” (2,9% e 2,2% em 2016), “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,5% e 2,1% em 2016), “Energéticos” (1,2% e 1,5% em 2016), “Calçado, peles e couros” (0,9% e 1% em 2016) e “Aeronaves, embarcações e partes” (com peso praticamente nulo nos dois anos).

ANEXO

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Cap's NC/SH
A- Agro-alimentares	01 a 24
B- Energéticos	27
C- Químicos	28 a 40
D- Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E- Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F- Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G- Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H- Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I- Material de transporte terrestre e partes [1]	86, 87
J- Aeronaves, embarcações e partes [2]	88, 89
K- Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Comércio internacional de mercadorias - Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço - 1.º semestre de 2018

Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

O presente trabalho visou o cálculo de indicadores de evolução em valor, volume e preço das importações e exportações portuguesas de mercadorias no período de janeiro a junho de 2018, face ao período homólogo do ano anterior.

Os índices de preço, do tipo *Paasche*, utilizados depois como deflatores dos índices de valor para o cálculo dos correspondentes índices de volume, foram calculados a partir de dados de base elementares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o 1.º semestre de 2018, em primeira versão preliminar, sendo também ainda preliminar a versão dos correspondentes dados utilizados para 2017.

Para o cálculo dos índices de preço, as posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8), relativas às importações e exportações com movimento no período em análise, foram agregadas em 11 grupos e 38 subgrupos de produtos (*ver Anexo*).

2. Nota metodológica

O método utilizado no cálculo dos índices de preço de *Paasche* deste trabalho assenta na seleção de uma amostra representativa do comportamento dos preços de cada subgrupo de produtos, que integra produtos com relativa homogeneidade, posteriormente ponderados para o cálculo do índice dos respetivos grupos, por sua vez ponderados para o cálculo do índice do total.

Os índices de preço de cada subgrupo são obtidos a partir de uma primeira amostra automática construída com base nos produtos com movimento nos dois períodos em análise, dentro de um intervalo definido por métodos estatísticos.

Segue-se uma análise crítica, que pode incluir, entre outros, o recurso à evolução do preço das matérias-primas que entram na manufatura de um dado produto, como indicador de consistência de um determinado índice que, apesar de um comportamento aparentemente anormal, pode vir a ser incluído na amostra.

Mais frequentemente procede-se à desagregação por mercados de origem e de destino de posições pautais com peso relevante que se encontram fora do intervalo, incluindo-se na amostra do subgrupo aqueles que apresentam um comportamento coerente na proximidade do intervalo encontrado.

Também produtos dominantes incluídos no intervalo e decisivos para o índice do subgrupo podem ser desagregados e considerados por mercados se, através de uma análise crítica, forem encontrados desvios sensíveis entre eles.

3. Balança Comercial

De acordo com os dados preliminares utilizados, o défice da balança comercial de mercadorias no 1.º semestre de 2018 aumentou +18,1% face ao semestre homólogo do ano anterior, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a descer ligeiramente, de 81,1% para 79,5%.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Balança comercial de mercadorias
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço
(Janeiro a Junho de 2018/2017)

	Milhões de Euros		Taxas de Variação		
	2017	2018	Valor	Volume	Preço
Importação (Cif)	34 153	37 151	8,8	7,9	0,8
Exportação (Fob)	27 688	29 517	6,6	5,6	0,9
Saldo (Fob-Cif)	-6 465	-7 634	18,1	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	81,1	79,5	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

As **importações** (somatório das chegadas de mercadorias provenientes do espaço comunitário com as importações originárias dos países terceiros), com um acréscimo em valor de +8,8%, terão registado um aumento em volume de +7,9% e um acréscimo em preço de +0,8%. Por sua vez, o acréscimo em valor de +6,6% verificado nas **exportações** terá resultado de um incremento em volume de +5,6%, com o preço a crescer +0,9%.

Na presente conjuntura, dada a evolução do preço do petróleo, torna-se conveniente atentarmos na evolução do nosso comércio internacional quando excluído dos produtos que integram o grupo “Energéticos”.

Balança comercial de mercadorias
excluindo os produtos “Energéticos”
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço
(Janeiro a Junho de 2018/2017)

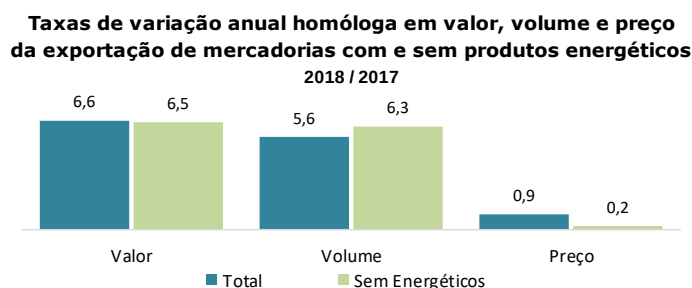
	Milhões de Euros		Taxas de Variação		
	2017	2018	Valor	Volume	Preço
Importação (Cif)	30 299	32 701	7,9	8,8	-0,8
Exportação (Fob)	25 666	27 335	6,5	6,3	0,2
Saldo (Fob-Cif)	-4 632	-5 367	15,9	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	84,7	83,6	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

De acordo com os dados disponíveis, as importações, com exclusão dos produtos “Energéticos”, terão registado taxas de variação em valor, volume e preço respetivamente de +7,9%, +8,8% e -0,8%. Por sua vez, as exportações terão averbado um aumento em valor de +6,5%, em resultado de um incremento em volume de +6,3% e de um aumento em preço de +0,2%.

Sem “Energéticos”, o défice da balança comercial cresceu +15,9%, contra +18,1% em termos globais, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a descer, entre 2017 e 2018, de 84,7% para 83,6% (em lugar de 81,1% para 79,5%).

A evolução em volume das exportações constitui uma medida da capacidade produtiva da indústria, tendo-se verificado no período em análise uma taxa de crescimento global de +5,6%, e de +6,3% se excluirmos os produtos “Energéticos”.



Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

Nos primeiros seis meses de 2018, o saldo da balança comercial foi positivo em quatro dos onze grupos de produtos considerados, que representaram 30% das exportações e 17% das importações totais: “Madeira, cortiça e papel”, “Têxteis e vestuário”, “Calçado, peles e couros” e “Produtos acabados diversos”.

Balança comercial por Grupos de Produtos
Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço
(Janeiro a Junho de 2018/2017)

Grupos de produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Valor	Volume	Preço	2017	2018
A Agro-alimentares							
Importação (Cif)	5 153	5 332	3,5	4,9	-1,3	15,1	14,4
Exportação (Fob)	3 321	3 431	3,3	4,5	-1,1	12,0	11,6
Saldo (Fob-Cif)	-1 832	-1 901	3,8	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	64,5	64,4	-	-	-	-	-
B Energéticos [1]							
Importação (Cif)	3 854	4 450	15,5	0,8	14,6	11,3	12,0
Exportação (Fob)	2 022	2 182	8,0	-3,1	11,4	7,3	7,4
Saldo (Fob-Cif)	-1 832	-2 268	23,8	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	52,5	49,0	-	-	-	-	-
C Químicos							
Importação (Cif)	5 626	6 084	8,1	7,2	0,9	16,5	16,4
Exportação (Fob)	3 602	3 482	-3,3	0,2	-3,6	13,0	11,8
Saldo (Fob-Cif)	-2 024	-2 602	28,6	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	64,0	57,2	-	-	-	-	-
D Madeira, cortiça e papel							
Importação (Cif)	1 086	1 193	9,8	7,1	2,6	3,2	3,2
Exportação (Fob)	2 103	2 183	3,8	-0,6	4,4	7,6	7,4
Saldo (Fob-Cif)	1 017	990	-2,6	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	193,6	183,0	-	-	-	-	-

(continua)

Grupos de produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Valor	Volume	Preço	2017	2018
E Têxteis e vestuário							
Importação (Cif)	2 060	2 140	3,9	8,6	-4,3	6,0	5,8
Exportação (Fob)	2 709	2 754	1,7	1,8	-0,1	9,8	9,3
Saldo (Fob-Cif)	649	614	-5,4	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	131,5	128,7	-	-	-	-	-
F Calçado, peles e couros							
Importação (Cif)	824	832	0,9	5,7	-4,5	2,4	2,2
Exportação (Fob)	1 122	1 115	-0,7	0,5	-1,2	4,1	3,8
Saldo (Fob-Cif)	297	282	-5,1	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	136,1	133,9	-	-	-	-	-
G Minérios e metais							
Importação (Cif)	2 977	3 280	10,2	6,9	3,1	8,7	8,8
Exportação (Fob)	2 698	2 921	8,3	1,0	7,2	9,7	9,9
Saldo (Fob-Cif)	-280	-359	28,4	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	90,6	89,1	-	-	-	-	-
H Máquinas e aparelhos							
Importação (Cif)	5 706	6 410	12,3	15,5	-2,8	16,7	17,3
Exportação (Fob)	4 286	4 261	-0,6	0,8	-1,3	15,5	14,4
Saldo (Fob-Cif)	-1 421	-2 149	51,3	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	75,1	66,5	-	-	-	-	-
I Material transp. terr. [2]							
Importação (Cif)	4 359	4 868	11,7	11,7	0,0	12,8	13,1
Exportação (Fob)	3 033	4 192	38,2	37,3	0,7	11,0	14,2
Saldo (Fob-Cif)	-1 326	-676	-49,0	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	69,6	86,1	-	-	-	-	-
K Produtos acabados div.							
Importação (Cif)	2 019	2 159	6,9	9,7	-2,6	5,9	5,8
Exportação (Fob)	2 614	2 802	7,2	8,1	-0,9	9,4	9,5
Saldo (Fob-Cif)	595	643	8,1	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	129,5	129,8	-	-	-	-	-
J Aeronaves e embarc. [3]							
Importação (Cif)	488	403	-17,5	-	-	1,4	1,1
Exportação (Fob)	180	194	7,8	-	-	0,6	0,7
Saldo (Fob-Cif)	-308	-209	-32,2	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	36,8	48,1	-	-	-	-	-

[1] Preço da electricidade calculado em Unidades Suplementares (UNS).

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veíc. e material via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

4. Importações

No período em análise, os grupos de produtos com peso a dois dígitos nas importações de mercadorias foram: “Máquinas, aparelhos e partes” (17,3% do total em 2018 e 16,7% em 2017), “Químicos” (16,4% e 16,5%, respetivamente), “Agroalimentares” (14,4% e 15,1%), “Material de transporte terrestre e partes” (13,1% e 12,8%) e “Energéticos” (12% e 11,3%).

Seguiram-se os grupos de produtos “Minérios e metais” (8,8% em 2018 e 8,7% em 2017), “Têxteis e vestuário” (5,8% e 6%), “Produtos acabados diversos” (5,8% e 5,9%), “Madeira, cortiça e papel” (3,2 nos dois anos), “Calçado, peles e couros” (2,2% e 2,4%) e “Aeronaves, embarcações e partes” (1,1% e 1,4%).

Importações por Grupos e Subgrupos de produtos
- Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço -
(Janeiro a Junho de 2018/2017)

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Valor	Vol.	Preço	2017	2018
A Agro-alimentares	5 153	5 332	3,5	4,9	-1,3	15,1	14,4
A1 Bebidas alcoólicas	146	149	2,3	-12,0	16,2	0,4	0,4
A2 Conservas e prep. alimentares	790	806	2,0	1,7	0,3	2,3	2,2
A3 Produtos da pesca	922	1 019	10,5	6,3	3,9	2,7	2,7
A4 Carnes e lacticínios	734	807	10,0	8,7	1,2	2,1	2,2
A5 Frutas e hortícolas	571	561	-1,7	1,7	-3,4	1,7	1,5
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	697	680	-2,4	7,4	-9,1	2,0	1,8
A7 Outros agro-alimentares	1 293	1 309	1,2	5,6	-4,1	3,8	3,5
- <i>Cereais</i>	383	417	9,1	12,3	-2,9	1,1	1,1
B Energéticos	3 854	4 450	15,5	0,8	14,6	11,3	12,0
B1 Refinados de petróleo	527	467	-11,4	-19,9	10,6	1,5	1,3
B2 Outros produtos energéticos [1]	3 327	3 983	19,7	4,1	15,0	9,7	10,7
- <i>Petróleo bruto</i>	2 353	3 007	27,8	5,1	21,6	6,9	8,1
- <i>Gás natural</i>	504	546	8,5	15,0	-5,7	1,5	1,5
C Químicos	5 626	6 084	8,1	7,2	0,9	16,5	16,4
C1 Farmacêuticos	1 211	1 325	9,4	8,7	0,6	3,5	3,6
C2 Plásticos e outros petroquímicos	1 795	2 035	13,4	12,4	0,9	5,3	5,5
C3 Borracha e suas obras	478	482	0,8	8,0	-6,7	1,4	1,3
C4 Outros produtos químicos	2 142	2 243	4,7	1,7	3,0	6,3	6,0
D Madeira, cortiça e papel	1 086	1 193	9,8	7,1	2,6	3,2	3,2
D1 Madeira e suas obras	376	413	10,0	11,7	-1,5	1,1	1,1
D2 Cortiça e suas obras	76	86	13,2	6,2	6,6	0,2	0,2
D3 Pastas de papel	46	57	23,8	3,5	19,6	0,1	0,2
D4 Papel, cartão e publicações	588	636	8,2	4,5	3,5	1,7	1,7
E Têxteis e vestuário	2 060	2 140	3,9	8,6	-4,3	6,0	5,8
E1 Têxteis e suas obras	1 061	1 100	3,6	7,9	-4,0	3,1	3,0
E2 Vestuário e seus acessórios	998	1 040	4,2	9,3	-4,7	2,9	2,8
F Calçado, peles e couros	824	832	0,9	5,7	-4,5	2,4	2,2
F1 Calçado	407	411	0,8	4,5	-3,6	1,2	1,1
F2 Peles, couros e suas obras	417	422	1,1	6,9	-5,4	1,2	1,1
G Minérios e metais	2 977	3 280	10,2	6,9	3,1	8,7	8,8
G1 Matérias minerais e minérios	96	95	-0,7	-1,6	0,9	0,3	0,3
G2 Ferro, aço e suas obras	1 738	1 934	11,3	6,7	4,3	5,1	5,2
G3 Cobre e suas obras	296	313	5,8	0,1	5,7	0,9	0,8
G4 Alumínio e suas obras	371	403	8,7	5,4	3,1	1,1	1,1
G5 Outros metais comuns e suas obras	384	443	15,5	15,2	0,3	1,1	1,2
G6 Pedras e metais preciosos	93	92	-1,6	13,3	-13,2	0,3	0,2
H Máquinas, aparelhos e partes	5 706	6 410	12,3	15,5	-2,8	16,7	17,3
H1 Aparelhos de som e imagem	1 045	1 116	6,8	5,1	1,6	3,1	3,0
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	651	789	21,1	23,8	-2,1	1,9	2,1
H3 Informática, memórias e circuitos int.	700	777	11,1	13,3	-2,0	2,0	2,1
H4 Motores e geradores eléctricos	108	125	16,0	11,3	4,2	0,3	0,3
H5 Motores de explosão, <i>diesel</i> e partes	297	421	41,5	53,9	-8,1	0,9	1,1
H6 Outras máq. e aparelh. mecânicos	2 362	2 596	9,9	13,8	-3,4	6,9	7,0
H7 Outras máq. e aparelhos eléctricos	543	585	7,8	16,0	-7,1	1,6	1,6
I Material transp. terrestre e partes [2]	4 359	4 868	11,7	11,7	0,0	12,8	13,1
- <i>Veículos automóveis, tractores e ciclos</i>	4 351	4 860	11,7	11,7	0,0	12,7	13,1
K Produtos acabados diversos	2 019	2 159	6,9	9,7	-2,6	5,9	5,8
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	283	316	11,6	11,9	-0,3	0,8	0,9
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	575	577	0,3	1,5	-1,2	1,7	1,6
K3 Aparelhos científicos e de precisão	655	722	10,1	12,7	-2,3	1,9	1,9
K4 Outros produtos acabados	505	544	7,7	14,0	-5,5	1,5	1,5
Total sem aeronaves e embarcações	33 665	36 749	9,2	8,3	0,8	98,6	98,9
J Aeronaves, embarcações e partes [3]	488	403	-17,5	-	-	1,4	1,1
Total das importações	34 153	37 151	8,8	7,9	0,8	100,0	100,0

Por memória:

Total sem Energéticos	30 299	32 701	7,9	8,8	-0,8	88,7	88,0
------------------------------	---------------	---------------	------------	------------	-------------	-------------	-------------

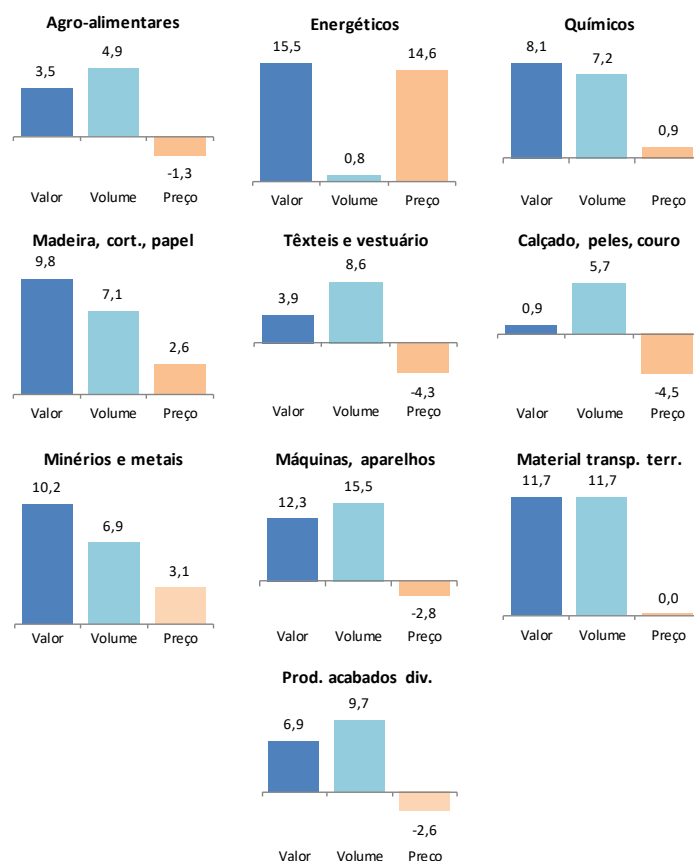
[1] Preço da electricidade calculado em Unidades Suplementares (UNS).

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veíc. e material via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

Importações por grupos de produtos
- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -
(Janeiro a Junho de 2018/2017)



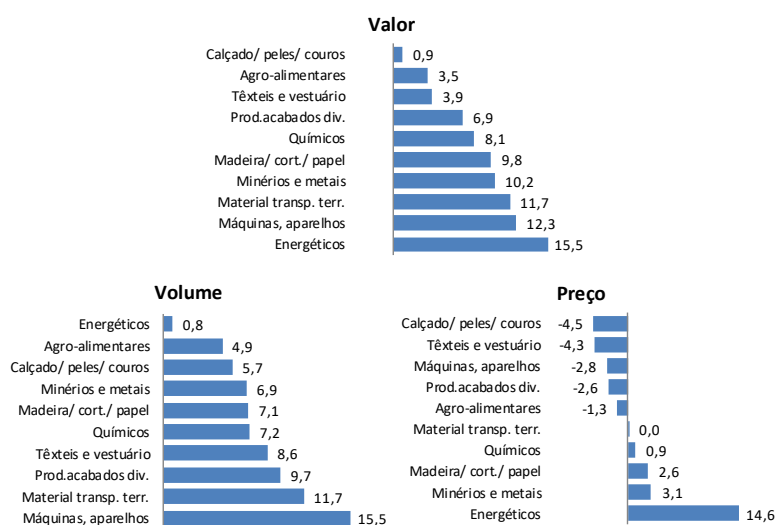
Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

De acordo com os cálculos efetuados, em todos os grupos de produtos se registaram taxas de crescimento em valor positivas, com destaque para o grupo “Energéticos” (+15,5%).

Também em todos os grupos se verificaram taxas de crescimento em volume positivas, com destaque para o grupo “Máquinas, aparelhos e partes” (+15,5%), seguido dos grupos “Material de transporte terrestre e partes” (+11,7%), “Produtos acabados diversos” (+9,7%) e “Têxteis e vestuário” (+8,6%). A menor taxa de crescimento positiva ocorreu no grupo “Energéticos” (+0,8%).

Na ótica da evolução em preço verificaram-se quebras em cerca de metade dos grupos, designadamente “Calçado, peles e couros” (-4,5%), “Têxteis e vestuário” (-4,3%), “Máquinas, aparelhos e partes” (-2,8%), “Produtos acabados diversos” (-2,6%) e “Agroalimentares” (-1,3%), tendo o principal aumento ocorrido no grupo “Energéticos” (+14,6%), seguido dos grupos “Minérios e metais” (+3,1%), “Madeira, cortiça e papel” (+2,6%) e “Químicos” (+0,9%).

**Taxas de variação homóloga das importações
por Grupos de Produtos
(Janeiro a Junho de 2018/2017)**



Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

5. Exportações

Nos primeiros seis meses de 2018, os grupos de produtos com peso a dois dígitos nas exportações de mercadorias foram “Máquinas, aparelhos e partes” (14,4% do total em 2018 e 15,5% em 2017), “Material de transporte terrestre e partes” (14,2% e 11%), “Químicos” (11,8% e 13%) e “Agroalimentares” (11,6% e 12%). Seguiram-se os grupos “Minérios e metais” (9,9% e 9,7%), “Produtos acabados diversos” (9,5% e 9,4%), “Têxteis e vestuário” (9,3% e 9,8%), “Energéticos” (7,4% e 7,3%), “Madeira, cortiça e papel” (7,4% e 7,6%), “Calçado, peles e couros” (3,8% e 4,1%) e “Aeronaves, embarcações e partes” (0,7% em 2018 e 0,6% em 2017).

Exportações por Grupos e Subgrupos de Produtos
- Taxas de variação homóloga em valor, volume e preço -
(Janeiro a Junho de 2018/2017)

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Valor	Vol.	Preço	2017	2018
A Agro-alimentares	3 321	3 431	3,3	4,5	-1,1	12,0	11,6
A1 Bebidas alcoólicas	447	460	2,7	0,9	1,8	1,6	1,6
A2 Conservas e prep. alimentares	636	634	-0,3	-1,3	1,0	2,3	2,1
A3 Produtos da pesca	378	395	4,6	1,1	3,5	1,4	1,3
A4 Carnes e lacticínios	278	285	2,5	1,5	1,0	1,0	1,0
A5 Frutas e hortícolas	429	426	-0,8	2,2	-3,0	1,6	1,4
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	368	433	17,6	25,6	-6,4	1,3	1,5
A7 Outros agro-alimentares	785	799	1,8	5,4	-3,4	2,8	2,7
B Energéticos	2 022	2 182	8,0	-3,1	11,4	7,3	7,4
B1 Refinados de petróleo	1 695	1 867	10,2	-2,9	13,5	6,1	6,3
B2 Outros produtos energéticos [1]	327	315	-3,5	-4,3	0,8	1,2	1,1
C Químicos	3 602	3 482	-3,3	0,2	-3,6	13,0	11,8
C1 Farmacêuticos	603	486	-19,5	0,3	-19,7	2,2	1,6
C2 Plásticos e outros petroquímicos	1 718	1 698	-1,1	-2,3	1,2	6,2	5,8
C3 Borracha e suas obras	633	627	-1,0	0,3	-1,2	2,3	2,1
C4 Outros produtos químicos	648	671	3,5	6,8	-3,1	2,3	2,3
D Madeira, cortiça e papel	2 103	2 183	3,8	-0,6	4,4	7,6	7,4
D1 Madeira e suas obras	317	324	2,2	1,9	0,4	1,1	1,1
D2 Cortiça e suas obras	523	557	6,6	3,0	3,5	1,9	1,9
D3 Pastas de papel	338	297	-12,2	-14,6	2,8	1,2	1,0
D4 Papel, cartão e publicações	925	1 004	8,6	1,7	6,8	3,3	3,4
E Têxteis e vestuário	2 709	2 754	1,7	1,8	-0,1	9,8	9,3
E1 Têxteis e suas obras	1 082	1 112	2,8	2,5	0,2	3,9	3,8
E2 Vestuário e seus acessórios	1 627	1 642	0,9	1,3	-0,4	5,9	5,6
F Calçado, peles e couros	1 122	1 115	-0,7	0,5	-1,2	4,1	3,8
F1 Calçado	984	972	-1,1	-1,9	0,8	3,6	3,3
F2 Peles, couros e suas obras	138	142	2,8	17,8	-12,8	0,5	0,5
G Minérios e metais	2 698	2 921	8,3	1,0	7,2	9,7	9,9
G1 Matérias minerais e minérios	373	416	11,5	5,4	5,8	1,3	1,4
G2 Ferro, aço e suas obras	1 435	1 564	9,0	-1,5	10,6	5,2	5,3
G3 Cobre e suas obras	94	120	28,1	20,3	6,4	0,3	0,4
G4 Alumínio e suas obras	349	379	8,6	4,1	4,3	1,3	1,3
G5 Outros metais comuns e suas obras	296	322	8,9	9,0	-0,1	1,1	1,1
G6 Pedras e metais preciosos	150	119	-20,8	-20,7	0,0	0,5	0,4
H Máquinas, aparelhos e partes	4 286	4 261	-0,6	0,8	-1,3	15,5	14,4
H1 Aparelhos de som e imagem	820	841	2,6	2,4	0,2	3,0	2,8
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	862	829	-3,8	-0,2	-3,6	3,1	2,8
H3 Informática, memórias e circuitos int.	213	177	-17,0	-11,8	-5,8	0,8	0,6
H4 Motores e geradores eléctricos	204	212	4,0	18,0	-11,9	0,7	0,7
H5 Motores de explosão, diesel e partes	144	148	2,8	2,3	0,4	0,5	0,5
H6 Outras máq. e aparelhos mecânicos	1 577	1 627	3,2	3,1	0,1	5,7	5,5
H7 Outras máq. e aparelhos eléctricos	467	427	-8,5	-10,3	2,0	1,7	1,4
I Material transp. terrestre e partes [2]	3 033	4 192	38,2	37,3	0,7	11,0	14,2
- Veículos automóveis, tractores e ciclos	3 030	4 190	38,3	37,3	0,7	10,9	14,2
K Produtos acabados diversos	2 614	2 802	7,2	8,1	-0,9	9,4	9,5
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	660	673	2,1	2,7	-0,6	2,4	2,3
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	989	1 025	3,7	2,9	0,7	3,6	3,5
K3 Aparelhos científicos e de precisão	455	592	30,2	38,8	-6,2	1,6	2,0
K4 Outros produtos acabados	510	511	0,1	-2,2	2,3	1,8	1,7
Total sem aeronaves e embarcações	27 508	29 323	6,6	5,6	0,9	99,4	99,3
J Aeronaves, embarcações e partes [3]	180	194	7,8	-	-	0,6	0,7
Total das exportações	27 688	29 517	6,6	5,6	0,9	100,0	100,0

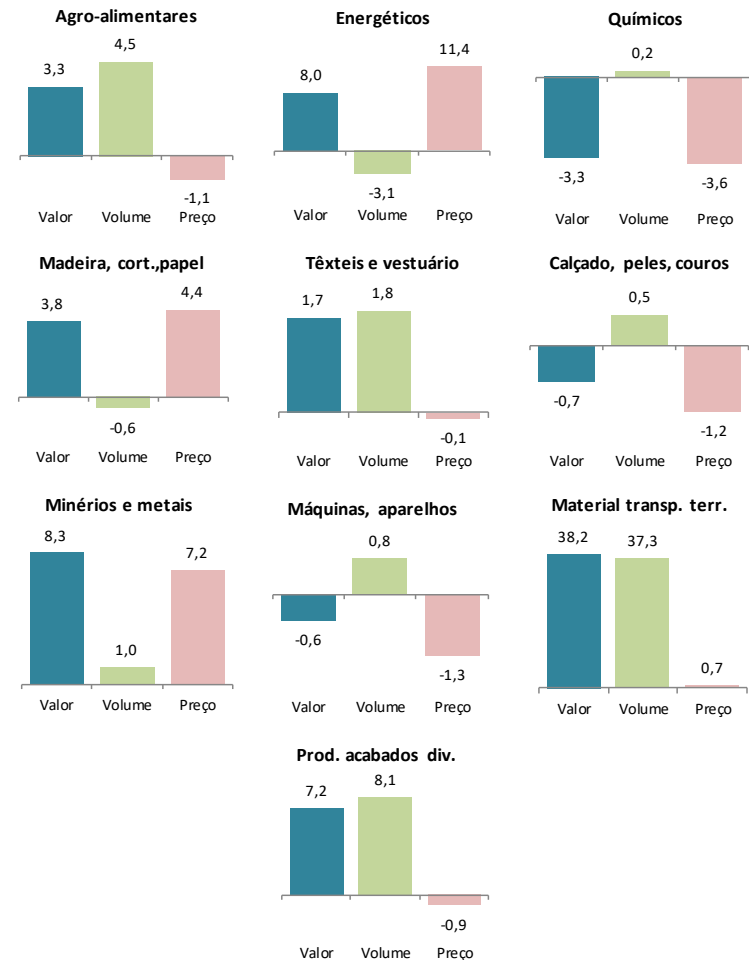
Por memória:

Total sem Energéticos	25 666	27 335	6,5	6,3	0,2	92,7	92,6
------------------------------	---------------	---------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

[1] Preço da electricidade calculado em Unidades Suplementares (UNS). [2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veíc. e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC). [3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

Exportações por grupos de produtos
- Taxas de variação em valor, volume e preço -
(Janeiro a Junho de 2018/2017)



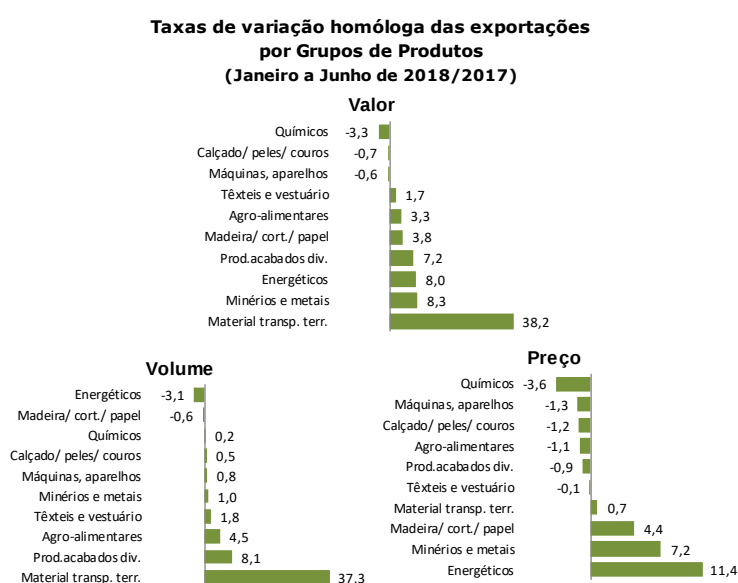
Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

Verificaram-se decréscimos em valor, face ao período homólogo do ano anterior, em três dos grupos de produtos: “Químicos” (-3,3%), “Calçado, peles e couros” (-0,7%) e “Máquinas, aparelhos e partes” (-0,6%). O maior acréscimo ocorreu no grupo “Material de transporte terrestre” (+38,2%), a que se seguiram “Minérios e metais” (+8,3%), “Energéticos” (+8,0%) e “Produtos acabados diversos” (+7,2%).

Com menores taxas de crescimento alinharam-se depois os grupos “Madeira, cortiça e papel” (+3,8%), “Agroalimentares” (+3,3%) e “Têxteis e vestuário” (+1,7%).

Em volume, verificaram-se descidas nos grupos “Energéticos” (-3,1%) e “Madeira, cortiça e papel” (-0,6%). O maior acréscimo ocorreu no grupo “Material de transporte terrestre e partes” (+37,3%).

No âmbito do preço verificaram-se quebras em mais de metade dos grupos de produtos, designadamente “Químicos” (-3,6%), “Máquinas, aparelhos e partes” (-1,3%), “Calçado, peles e couros” (-1,2%), “Agroalimentares” (-1,1%), “Produtos acabados diversos” (-0,9%) e “Têxteis e vestuário” (-0,1%). O maior acréscimo em preço verificou-se no grupo “Energéticos” (+11,4%), seguido de “Minérios e metais” (+7,2%), “Madeira, cortiça e papel” (+4,4%) e “Material de transporte terrestre e partes” (+0,7%).



Fonte: A partir de dados de base do INE preliminares para 2017 e 2018, com última actualização em 9-8-2018 (<http://www.ine.pt>).

6. Representatividade das amostras

A representatividade da amostra global de cada uma das vertentes comerciais, que serviu de base ao cálculo dos respetivos índices de preço de Paasche neste primeiro semestre foi, respetivamente em 2017 e 2018, de 91,4% e 90,5% nas importações e de 92,3% e 91,2% nas exportações.

**Representatividade da amostra por grupos de produtos (%)
(Janeiro a Junho de 2018/2017)**

Grupos de Produtos	Importação		Exportação	
	2016	2017	2016	2017
A Agro-alimentares	93,1	93,2	93,7	93,6
B Energéticos	99,3	98,7	99,6	98,6
C Químicos	91,5	90,1	89,8	92,3
D Madeira, cortiça e papel	89,0	90,3	97,2	96,0
E Têxteis e vestuário	92,4	92,3	91,7	91,2
F Calçado, peles e couros	97,0	97,3	94,0	93,6
G Minérios e metais	93,6	93,3	88,1	88,2
H Máquinas, aparelhos e partes	82,6	79,1	86,9	86,6
I Material transp. terrestre e partes	92,9	93,8	98,0	89,6
K Produtos acabados diversos	87,6	86,2	90,8	89,4
TOTAL	91,4	90,5	92,3	91,2

Na figura seguinte encontra-se definido o conteúdo dos grupos e subgrupos de produtos aqui considerados, com base na Nomenclatura Combinada em uso na União Europeia.

ANEXO
Definição do conteúdo dos grupos e subgrupos de produtos
a partir da Nomenclatura Combinada

Grupos e Subgrupos		NC
A	Agro-alimentares	01 a 24
A1	Bebidas alcoólicas	2203 a 2208
A2	Conservas e prep. alimentares	16, 19 a 21
A3	Produtos da pesca	03
A4	Carnes e lacticínios	02, 04
A5	Frutas e hortícolas	07, 08
A6	Oleaginosas, gorduras e óleos	12, 15
A7	Outros agro-alimentares	01, 05, 06, 09 a 11, 13, 14, 17, 18, 2201, 2202, 2209, 23, 24
B	Energéticos	27
B1	Refinados de petróleo	2710
B2	Outros produtos energéticos	2701 a 2709, 2711 a 2716
C	Químicos	28 a 40
C1	Farmacêuticos	2936 a 2939, 2941, 30 (-) 2939 99 00 e 3002 9090
C2	Plásticos e outros petroquímicos	2901 a 2904, 39
C3	Borracha e suas obras	40
C4	Outros produtos químicos	28, 2905 a 2935, 2940, 2942, 31 a 38 (+) 2939 99 00 e 3002 9090
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
D1	Madeira e suas obras	44, 46
D2	Cortiça e suas obras	45
D3	Pastas de papel	47
D4	Papel, cartão e publicações	48, 49

(continua)

Grupos e Subgrupos		NC
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
E1	Têxteis e suas obras	50 a 60, 63
E2	Vestuário e seus acessórios	61, 62, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
F1	Calçado	64
F2	Peles, couros e suas obras	41 a 43
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
G1	Matérias minerais e minérios	25, 26
G2	Ferro, aço e suas obras	72, 73
G3	Cobre e suas obras	74
G4	Alumínio e suas obras	76
G5	Outros metais comuns e suas obras	75, 78 a 83
G6	Pedras e metais preciosos	71
H	Máquinas e aparelhos, e suas partes	84, 85
H1	Aparelhos de som e imagem	8517 a 8529
H2	Transf., cabos e aparelh. distrib. energia	8504, 8533 a 8538, 8544, 8546, 8547
H3	Informática, memórias e circuitos integ.	8471, 8541, 8542
H4	Motores e geradores eléctricos	8501 a 8503
H5	Motores de explosão, <i>diesel</i> e partes	8407 a 8409
H6	Outras máquinas e aparelhos, mecânicos	8401 a 8406, 8410 a 8470, 8472 a 8487
H7	Outras máquinas e aparelhos, eléctricos	8505 a 8516, 8530 a 8532, 8539 a 8540, 8543, 8545, 8548
I	Material de transp. terrestre e suas partes [1]	86, 87
	- Veículos automóveis, tractores e ciclos	87
J	Aeronaves, embarcações e suas partes [2]	88, 89
K	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99
K1	Cerâmica, vidro e suas obras	69, 70
K2	Mobiliário, colchões e candeeiros	94
K3	Aparelhos científicos e de precisão	90
K4	Outros produtos acabados	68, 91 a 93, 95 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Estímulo a novas indústrias e empresas - Acesso ao exercício de atividades espaciais Conselho de Ministros de 23 de agosto de 2018	Aprovou um diploma que estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais, contribuindo para estimular novas indústrias e empresas na área do espaço e afins a operarem em Portugal e para a democratização contínua do acesso ao espaço através do envolvimento inclusivo de empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Certidão online das pessoas coletivas Declaração de Retificação n.º 24/2018 - Diário da República n.º 145/2018, Série I de 2018-07-30	Retifica o Decreto-Lei n.º 52/2018, de 25 de junho, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera o Registo Nacional de Pessoas Coletivas e cria a certidão <i>online</i> das Pessoas Coletivas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 120, de 25 de junho de 2018.
Atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) – Incentivos às empresas Decreto-Lei n.º 60/2018 - Diário da República n.º 149/2018, Série I de 2018-08-03	Procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento (I&D).
Plano nacional para o material circulante ferroviário – Incorporação nacional no processo produtivo (de material circulante ferroviário) Resolução da Assembleia da República n.º 235/2018 - Diário da República n.º 150/2018, Série I de 2018-08-06	Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um plano nacional para o material circulante ferroviário.
Lei de Enquadramento Orçamental Lei n.º 37/2018 - Diário da República n.º 151/2018, Série I de 2018-08-07	Segunda alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, recalendarizando a produção de efeitos da mesma.
Benefícios Fiscais Lei n.º 43/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09	Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais.
Produtos Petrolíferos Resolução da Assembleia da República n.º 252/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09	Recomenda ao Governo a redução imediata do imposto sobre os produtos petrolíferos e a sua adequação face ao aumento do preço do petróleo.
Transposição de Diretiva – Segurança das Redes de Informação da UE Lei n.º 46/2018 - Diário da República n.º 155/2018, Série I de 2018-08-13	Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.
Mediação Imobiliária Portaria n.º 228/2018 - Diário da República n.º 155/2018, Série I de 2018-08-13	Aprova o modelo de contrato de mediação imobiliária.
Descentralização Lei n.º 50/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
Finanças Locais Lei n.º 51/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16	Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

Assunto/Diploma	Descrição
Fundo de Fundos para a Internacionalização – Internacionalização da Economia - Regime de coinvestimento Decreto-Lei n.º 68/2018 - Diário da República n.º 158/2018, Série I de 2018-08-17	Cria o Fundo de Fundos para a Internacionalização.
Competitividade e Internacionalização – Sistema de Apoio à investigação Científica e Tecnológica Despacho n.º 8137/2018 - Diário da República n.º 159/2018, Série II de 2018-08-20	Primeira alteração ao regulamento que define os procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) no domínio da Competitividade e Internacionalização, adotado pelo Despacho n.º 1122/2016, de 25 de janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 16, de 25 de janeiro de 2016.
Comissão independente para a Descentralização – Descentralização Lei n.º 58/2018 - Diário da República n.º 160/2018, Série I de 2018-08-21	Cria a Comissão Independente para a Descentralização.
Regime de instalação de gases combustíveis em edifícios Lei n.º 59/2018 - Diário da República n.º 160/2018, Série I de 2018-08-21	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.
Regime das instalações elétricas particulares Lei n.º 61/2018 - Diário da República n.º 160/2018, Série I de 2018-08-21	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares.
Regime das instalações de gases combustíveis em edifícios Regime de Declaração de Retificação n.º 28/2018 - Diário da República n.º 162/2018, Série I de 2018-08-23	Declaração de Retificação à Lei n.º 59/2018, de 21 de agosto, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios».
Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E., - Direção-Geral de Energia e Geologia - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P. Decreto-Lei n.º 69/2018 - Diário da República n.º 164/2018, Série I de 2018-08-27	Procede à reestruturação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E., da Direção-Geral de Energia e Geologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P..

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- Não se aplica.